



Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações – PDTIC
Interessado : Gabinete da Presidência

Resolução Administrativa n. 121/2008

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações – PDTIC. Biênio 2007-2009.

C E R T I F I C O que, o egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, na **Oitava Sessão, Extraordinária**, hoje realizada, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador **João Carlos Ribeiro de Souza**, Presidente, com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores **Leila Conceição da Silva Calvo**, **Roberto Benatar**, **Luiz Ricardo Alcântara**, **Edson Bueno de Souza** e do Excelentíssimo Procurador-chefe do Trabalho **José Pedro Reis**,

Considerando a nova estrutura do Tribunal e a necessidade de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, para o biênio 2007-2009; e

Considerando os termos da proposta apresentada pela Comissão instituída por meio da Portaria TRT SGP GP n. 519/2007;

R E S O L V E U, por unanimidade, aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações – PDTIC deste Tribunal para o biênio 2007-2009.

Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Obs.: Ausentes, em férias regulamentares, os Exmos. Desembargadores Osmair Couto, Vice-Presidente, Maria Berenice Carvalho Castro Souza e Tarcísio Régis Valente.

Cuiabá-MT, quarta-feira, 30 de julho de 2008.

José Lopes da Silva Júnior
Secretário do Tribunal Pleno



Justiça do Trabalho

TRT 23^ª Região

**Comissão Permanente para Acompanhamento de
Projetos na Área de Tecnologia da Informação**
(Instituída pela PORTARIA TRT SGP GP N. 519/2007)

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES (PDTIC)

Cuiabá-MT, Abril/2008

**Comissão Permanente para Acompanhamento de
Projetos na Área de Tecnologia da Informação**
(Instituída pela PORTARIA TRT SGP GP N. 519/2007)

OSMAIR COUTO
Desembargador Vice-Presidente
(Coordenador)

ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA
Juíza Titular da 5ª VT de Cuiabá-MT

SIMONEI LUIZ TEIXEIRA SIMIONI
Diretor-Geral

SUELI ASTOLFO
Secretária-Geral da Presidência

ADALBERTO HENRIQUE SÉ BALÃO
Diretor de Tecnologia da Informação

JOSÉ SILVA BARBOSA
Assessor de Planejamento e Gestão

A P R E S E N T A Ç Ã O

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações (PDTIC) é um processo desenvolvido para estruturar estratégica, tática e operacionalmente as informações organizacionais, através de projetos, sistemas de informação e do conhecimento, pessoas e Tecnologia da Informação e das Comunicações (TIC), abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de telecomunicação, gestão de dados e de informação e toda infra-estrutura necessária para dar suporte às decisões, às ações e aos projetos e processos da organização.

O Plano Diretor de Informática (PDI) anterior, cuja vigência foi para o Biênio 2003-2005 (vide RA 149/2004 de 13/12/2004) tinha seus esforços direcionados para o plano de informática e seus respectivos recursos tecnológicos de hardware e software, sendo que o atual PDTIC tem como principal característica o alinhamento às estratégias definidas no Planejamento Estratégico Institucional.

Sendo assim, o maior desafio dos gestores é fazer com que a TI desempenhe seu relevante papel estratégico nas organizações, fornecendo as informações necessárias de forma confiável e tempestiva, para agregar valor aos seus produtos e/ou serviços, auxiliar no cumprimento de sua missão e na obtenção dos melhores resultados a serviço dos seus clientes.

No Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações para organizações públicas, atenção especial deve ser dada na identificação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos e sistemas voltados para Inclusão Digital e Governo Eletrônico, principalmente aqueles com foco no relacionamento com o cidadão.

Para isto será necessário conhecer o órgão/entidade e sua área de TI, identificando necessidades, potencialidades, oportunidades e deficiências, para subsidiar o desenvolvimento do PDTIC, alinhado às estratégias e diretrizes organizacionais.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	6
2	AMBIENTE ORGANIZACIONAL	7
2.1	DADOS GERAIS DO ÓRGÃO	7
2.1.1	Nome do Órgão	7
2.1.2	Endereço	7
2.1.3	Representante Legal	7
2.1.4	Valor total do orçamento do Órgão nos exercícios de 2004 a 2008	7
2.1.5	Quantidade total de colaboradores do Órgão	7
2.1.6	Identidade Organizacional do Órgão (extraído do Planejamento Estratégico).....	7
2.1.6.1	Missão	7
2.1.6.2	Visão	7
2.1.6.3	Valores	7
2.1.6.4	Principais Clientes	8
2.1.6.5	Objetivos Estratégicos (extraído do Mapa Estratégico do TRT)	8
2.1.7	Principais Insumos	8
2.1.8	Organograma do Órgão	9
3	AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES (TIC)	10
3.1	DADOS GERAIS DA ÁREA RESPONSÁVEL PELA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES DO ÓRGÃO	10
3.1.1	Nome da Área de TIC	10
3.1.2	Posicionamento Hierárquico	10
3.1.3	Endereço	10
3.1.4	Dados do Responsável pela Área de TIC	10
3.1.4.1	Nome	10
3.1.4.2	Cargo	10
3.1.4.3	Formação	10
3.1.4.4	Vínculo	10
3.1.5	Valor Total do Orçamento do Órgão Destinado à TIC nos Exercícios de 2004 a 2008.....	10
3.1.6	Valor Total dos Investimentos Feitos neste Órgão pelo CSJT para Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça do Trabalho (SIGI), nos Exercícios de 2004 a 2007	10
3.1.7	Identidade Organizacional da Área de TIC	11
3.1.7.1	Missão	11
3.1.7.2	Visão	11
3.1.7.3	Valores	11
3.1.7.4	Negócio	11
3.1.7.5	Principais Clientes	11
3.1.7.6	Objetivo Estratégico: Melhorar continuamente os recursos tecnológicos (vide Mapa Estratégico do TRT)	11
3.1.7.7	Macro processos	13
3.1.8	Principais Insumos	13
3.1.9	Principais Fornecedores.....	14
3.1.10	Organograma da Área de TIC	15
3.2	RECURSOS HUMANOS	16
3.2.1	Quantidade Total de Cargos Efetivos do Órgão na Área de TIC.....	16
3.2.2	Quantidade Total de Colaboradores Lotados na Área de TIC.....	16
3.2.3	Quantidade Total de Terceirizados e Estagiários Lotados na Área de TIC.....	16
3.2.4	Distribuição dos Profissionais por Lotação e Área de Atuação	17
3.3	RECURSOS HARDWARE	18
3.4	RECURSOS SOFTWARE	20
3.5	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	22
3.6	COMUNICAÇÕES	25
3.7	PROJETOS	26
3.7.1	Projetos Concluídos (08/2007 a 04/2008)	26
3.7.2	Projetos Em Andamento	28
3.7.3	Projetos Autorizados e Não Iniciados	29
3.7.4	Solicitações de Serviço de Informática (2004 a 04/2008).....	30
3.8	CONTRATOS FISCALIZADOS PELA DTI	31
4	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL	32
5	PROPOSTA	34
5.1	SUGESTÕES	35

5.1.1	Dotar a área de TIC, de estrutura adequada.....	35
5.1.2	Estabelecer percentual mínimo do orçamento do TRT, a ser destinado à área de TIC.....	35
5.1.3	Cumprir todas as metas estabelecidas no Plano de Gestão 2007-2009.....	35
5.1.4	Criar Comitê Responsável pela Implantação e Gestão do SUAP no TRT da 23ª Região.....	35
5.1.5	Adoção da plataforma tecnológica padrão a ser definida, pela CAPI-JT, assim como a utilização, tanto quanto possível, de programas com código aberto no âmbito da Justiça do Trabalho.....	36
5.1.6	Adotar política de segurança da informação.....	36
5.1.7	Estabelecer Acordos de Nível de Serviço, para todos os contratos realizados pela DTI.....	36
5.1.8	Dar efetividade à atuação da Comissão Permanente de Acompanhamento de Projetos de TIC, do TRT da 23ª Região.....	36
5.1.9	Aperfeiçoar a gestão de TIC, com a adoção da gestão de processos através das melhores práticas em ITIL.....	37
5.1.10	Promover o ajuste anual do PDTIC, em conformidade às políticas nacionais e estratégias institucionais.....	37
5.1.11	Dotar o Complexo-Sede e as VT do Interior de Redes Sem-Fio.....	37
5.1.12	Participar dos Comitês Setoriais, que compõem o Modelo de Gestão Corporativa de TIC da JT.....	37
5.1.13	Adotar tecnologia RFID (etiquetas inteligentes).....	38
5.1.14	Prover acesso a internet móvel.....	38
5.1.15	Adotar modelos de acessibilidade e usabilidade.....	38
5.1.16	Promover a sustentabilidade para utilização dos recursos tecnológicos.....	39
5.1.17	Implantar metodologia de indicadores de TI.....	39
5.1.18	Disseminar a utilização de certificação digital.....	40
5.1.19	Disseminar o uso de ferramentas de Business Intelligence.....	40
5.1.20	Instalar painéis de LCD, para divulgar andamento da pauta de Julgamento.....	40
5.2	ESTRUTURA PROPOSTA E RECURSOS NECESSÁRIOS.....	41
5.2.1	Estrutura Proposta.....	41
5.2.1.1	Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações.....	41
5.2.1.2	Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas.....	42
5.2.1.3	Diretoria de Infra-Estrutura e Comunicações.....	42
5.2.2	Recursos Humanos (Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas).....	43
5.2.2.1	Quantidade Total de Cargos Efetivos Especializados Necessários.....	43
5.2.2.2	Quantidade Total de Cargos em Comissão Necessários.....	43
5.2.2.3	Quantidade Total de Funções Comissionadas Necessárias.....	43
5.2.3	Capacitação do Quadro Técnico Especializado.....	43
5.2.4	Recursos Materiais (Hardware, Software).....	43
6	PRINCIPAIS RESULTADOS E BENEFÍCIOS ESPERADOS.....	44
7	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO.....	44
8	ANEXOS.....	45
8.1	COMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	46
8.2	PLANO DE GESTÃO DTI 2007-2009 (ATUALIZADO ATÉ 04/2008).....	48
8.3	MAPA ESTRATÉGICO – TRT23ª REGIÃO.....	55
8.4	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PRÉVIA – 2009.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações (PDTIC) tem por objetivos:

- Ser um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão da tecnologia da informação e das comunicações (TIC);
- Definir as diretrizes estratégicas da tecnologia da informação e comunicação (TIC);
- Orientar a identificação das informações estratégicas, táticas e operacionais necessárias à organização;
- Definir os recursos necessários para evolução das tecnologias da informação e comunicação, da arquitetura, dos Sistemas de Informação (SI) e de Conhecimento;
- Permitir a definição de projetos e de prioridades, o acompanhamento das ações e o controle dos investimentos.

O PDTIC foi desenvolvido prevendo sua implementação num espaço temporal de três a cinco anos, dependendo do porte e complexidade do Órgão/Entidade e da sua área de TIC, bem como, da disponibilidade de recursos a serem alocados, de forma que a Tecnologia de Informação e Comunicação tenha diretrizes para estruturar-se nos vários aspectos relacionados com sua organização, gestão, informações, recursos, sistemas, infra-estrutura, processos e pessoas.

Durante o desenvolvimento e implementação do PDTIC, os profissionais de tecnologia da informação deverão ter uma postura proativa na busca constante e antecipada de soluções e no contínuo aprimoramento da área de TIC, para prestar o suporte adequado aos processos operacionais, gerenciais e estratégicos da organização.

2 AMBIENTE ORGANIZACIONAL

2.1 Dados Gerais do Órgão

2.1.1 Nome do Órgão

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

2.1.2 Endereço

Av. Rubens de Mendonça, 3355 – Bairro CPA – Cuiabá-MT – CEP 78050-955

2.1.3 Representante Legal

Desembargador-Presidente João Carlos Ribeiro de Souza

2.1.4 Valor total do orçamento do Órgão nos exercícios de 2004 a 2008

Ano	Valor Total Orçamento
2004	80.398.215
2005	115.618.289
2006	122.538.857
2007	135.351.369
2008	122.197.078

2.1.5 Quantidade total de colaboradores do Órgão

Magistrados	Servidores	Total
68	621	689

2.1.6 Identidade Organizacional do Órgão (extraído do Planejamento Estratégico)

2.1.6.1 Missão

Promover justiça por meio da prestação jurisdicional célere, eficaz e efetiva do Direito e outras ações afirmativas de cidadania.

2.1.6.2 Visão

Atingir a excelência na efetiva entrega da prestação jurisdicional, com responsabilidade social.

2.1.6.3 Valores

- **Qualidade em Serviços** – atender com eficácia as necessidades e expectativas dos clientes internos e externos.
- **Acessibilidade** – facilitar ao cidadão o acesso ao judiciário.
- **Responsabilidade Social** – exercer de maneira planejada e sistemática ações voltadas para o desenvolvimento comunitário, equilíbrio ambiental, tratamento justo às pessoas e comunicações transparentes.
- **Parceria institucional** – atuar conjuntamente com organizações públicas e privadas para consecução de projetos comuns, em regime de colaboração e co-responsabilidade.
- **Respeito aos princípios constitucionais** – Observar fielmente os princípios constitucionais, contribuindo para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- **Pró-atividade** – antecipar-se aos fatos com ações preventivas e promover a inovação e o aperfeiçoamento de procedimentos e serviços.

- **Compromisso** – comprometer-se com as diretrizes estratégicas e contribuir para o alcance das metas institucionais.
- **Transparência** – praticar gestão comprometida com a divulgação de ações e resultados.
- **Urbanidade** – disseminar cultura de respeito, consideração, civilidade e cortesia entre as pessoas.

2.1.6.4 Principais Clientes

- **Externos:** todas as pessoas ou processos que não pertencem à instituição, mas que influenciam e/ou são afetadas por seus serviços ou produtos.
 - Sociedade / cidadão;
 - Instituições públicas e privadas;
 - Advogados;
 - Associações de classe;
 - Procuradores.
- **Internos:** todas as pessoas que fazem parte da instituição e que influenciam e/ou são afetadas por seus serviços ou produtos.
 - Magistrados;
 - Servidores;
 - Prestadores de serviços (terceirizados, estagiários, leiloeiros e peritos).

2.1.6.5 Objetivos Estratégicos (extraído do Mapa Estratégico do TRT)

Prioridades da organização, tornadas explícitas pelos dirigentes, que podem estar refletidas tanto em iniciativas exclusivamente voltadas para a adequação da organização ao cumprimento de sua missão, como em ações que visem aproximá-la do enunciado de sua visão de futuro. Da mesma forma, os objetivos podem ser estabelecidos para a organização como um todo ou serem específicos para alguma de suas áreas-fim.

- Promover a qualidade de vida;
- Desenvolver cultura de trabalho em equipe;
- Desenvolver e implantar sistema de gestão por competências;
- Capacitar magistrados e servidores nas competências necessárias;
- **Melhorar continuamente os recursos tecnológicos;**
- Ampliar e fortalecer projetos voltados à responsabilidade social e ambiental;
- Ampliar e tornar eficazes os canais de comunicação;
- Melhorar continuamente a infra-estrutura;
- Racionalizar, padronizar e simplificar procedimentos e rotinas;
- Buscar maior efetividade dos processos judiciais;
- Ampliar e fortalecer a rede de parcerias;
- Fortalecer o relacionamento com os clientes internos e externos;
- Garantir a sustentabilidade orçamentária;
- Melhorar os serviços prestados;
- Expandir e fortalecer a Justiça do Trabalho no estado de Mato Grosso.

2.1.7 Principais Insumos

- Constituição Federal e Estadual;
- CLT, CPC, Leis e Estatutos (Federais e Estaduais);
- Resoluções do CNJ, CSJT, TST, TRT23;
- Petições Iniciais.

3 AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DAS COMUNICAÇÕES (TIC)

3.1 Dados Gerais da Área Responsável pela Tecnologia da Informação e das Comunicações do Órgão

3.1.1 Nome da Área de TIC

Diretoria de Tecnologia da Informação

3.1.2 Posicionamento Hierárquico

Subordinada à Diretoria-Geral de Secretaria

3.1.3 Endereço

Complexo-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região – Prédio Administrativo – 1º Andar. Av. Rubens de Mendonça, 2255 – Cuiabá-MT – CEP 78050-955

3.1.4 Dados do Responsável pela Área de TIC

3.1.4.1 Nome

Adalberto Henrique Sé Balão

3.1.4.2 Cargo

Diretor de Tecnologia da Informação

3.1.4.3 Formação

Bacharel em Computação, Especialista em Matemática Computacional e Gestão Pública Judiciária

3.1.4.4 Vínculo

Quadro Permanente (Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Análise de Sistemas) desde 15/03/1993.

3.1.5 Valor Total do Orçamento do Órgão Destinado à TIC nos Exercícios de 2004 a 2008

	2004	2005	2006	2007	2008 *
Orçamento do Órgão	80.398.215	115.618.289	122.538.857	135.351.369	122.197.078
Orçamento TIC	720.654	2.388.705	397.493	1.064.998	
Percentual Destinado a TIC	0,90%	2,07 %	0,32 %	0,79%	

3.1.6 Valor Total dos Investimentos Feitos neste Órgão pelo CSJT para Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça do Trabalho (SIGI), nos Exercícios de 2004 a 2007

SIGI	2004 a 2007
	3.319.672

3.1.7 Identidade Organizacional da Área de TIC

3.1.7.1 Missão

Melhorar os resultados do TRT por meio da otimização de seus processos de trabalho e do uso eficaz dos recursos tecnológicos, com a aplicação de conhecimento especializado em Tecnologia da Informação.

3.1.7.2 Visão

Ser unidade que busca, estimula e desenvolve soluções inovadoras, com foco no atendimento ágil e de qualidade aos clientes, primando pela excelência na gestão dos recursos tecnológicos.

3.1.7.3 Valores

- **Pró-atividade** – antecipar-se aos fatos com ações preventivas e promover a inovação e o aperfeiçoamento de procedimentos e serviços;
- **Compromisso** – comprometer-se com as diretrizes estratégicas e contribuir para o alcance das metas institucionais;
- **Efetividade** – atuar orientado para resultados que assegurem o cumprimento da missão e a excelência da imagem institucional;
- **Profissionalismo** – Atuar de forma técnica, competente, responsável, imparcial, coerente e objetiva e estar comprometido com a missão institucional.

3.1.7.4 Negócio

Aplicar Tecnologia da informação e das Comunicações aos processos de trabalho do TRT.

3.1.7.5 Principais Clientes

Os macros processos e processos da Diretoria de Tecnologia da Informação visam atender, de forma direta ou indireta, às necessidades dos seguintes clientes internos e externos:

- Alta Administração;
- Gabinetes dos Desembargadores;
- Varas do Trabalho;
- Unidades de apoio das áreas fim e meio;
- Sociedade / Cidadão.
- Comissões Permanentes e Específicas;
- Advogados e Procuradores;
- Magistrados;
- Servidores;
- Estagiários;
- CNJ;
- CSJT.

3.1.7.6 Objetivo Estratégico: Melhorar continuamente os recursos tecnológicos (vide Mapa Estratégico do TRT)

Adotar iniciativas que garantam o uso eficaz dos recursos tecnológicos à disposição do Tribunal e atender com agilidade e eficiência às demandas da instituição e estabelecer critérios de definição, gestão e acompanhamento de resultado de investimentos em TI (Tecnologia da Informação).

3.1.7.6.1 Indicadores

Índice de Satisfação dos Clientes Internos com as Ferramentas de Tecnologia da Informação	
Definição	Percentual médio de satisfação dos clientes internos em relação às soluções e estrutura de TI existente.
Fórmula de cálculo	A = percentual de pessoas satisfeitas extraído da questão 33 da pesquisa de clima organizacional de servidores. B = percentual de pessoas satisfeitas extraído da questão 23 da pesquisa de clima organizacional de magistrados. Resultado = $(A + B) / 2$
Unidade de medida	Percentual
Critério de acompanhamento	Dado do período
Periodicidade de medição	Anual
Responsável pela disponibilização do dado	Assessoria de Planejamento e Gestão
Status do indicador	Disponível
Data para disponibilização do indicador	Dezembro de cada ano
Polaridade	Mais é melhor
Tipo de indicador	Resultado
Fonte de dados	Pesquisa de clima organizacional
Valor Coletado	74,36% em dezembro de 2007

Índice de Renovação/Atualização dos Recursos de Tecnologia da Informação	
Definição	Percentual de hardware e software atualizado dentro do período.
Fórmula de cálculo	A = percentual de atualização de hardware B = percentual de atualização de software Resultado = $(A + B) / 2$
Unidade de medida	Percentual
Critério de acompanhamento	Dado do período
Periodicidade de medição	Anual
Responsável pela disponibilização do dado	Diretoria de Tecnologia da Informação
Status do indicador	Não disponível
Data para disponibilização do indicador	Janeiro de cada ano
Polaridade	Mais é melhor
Tipo de indicador	Resultado
Fonte de dados	Plano Diretor de Informática
Valor Coletado	

Investimento em Tecnologia da Informação	
Definição	Percentual de investimento realizado em TI em relação ao orçamento anual
Fórmula de cálculo	A = Total do orçamento investido em TI B = Total geral do orçamento anual Resultado = $(A / B) * 100$
Unidade de medida	Percentual
Critério de acompanhamento	Dado do período
Periodicidade de medição	Anual
Responsável pela disponibilização do dado	Diretoria de Orçamento e Finanças
Status do indicador	Disponível
Data para disponibilização do	Janeiro de cada ano

indicador	
Polaridade	Mais é melhor
Tipo de indicador	Resultado
Fonte de dados	SIAFI
Valor Coletado	Investimento em 2004: 0,90% Investimento em 2005: 2,07% Investimento em 2006: 0,32% Investimento em 2007: 0,79%

3.1.7.7 Macro processos

Para o cumprimento de sua missão institucional, a Diretoria de Tecnologia da Informação conta com os seguintes macros processos:

3.1.7.7.1 Identificação de oportunidades de aplicação de TI, que possui como produto a apresentação de propostas de melhoria ou implantação de processos de trabalho mediante aplicação de TI, e inclui os seguintes processos:

- Monitoramento de necessidades dos clientes;
- Monitoramento do mercado de produtos e serviços de TI;
- Monitoramento de práticas de instituições congêneres;
- Participação no planejamento estratégico do TRT.

3.1.7.7.2 Fornecimento de soluções de TI, que possui como produto a disponibilidade de soluções de TI que atendam às necessidades dos clientes e contribuam para a melhoria dos resultados do TRT, e inclui os seguintes processos:

- Contratação de soluções de TI;
- Desenvolvimento de soluções de TI;
- Implantação de soluções de TI;
- Operação e monitoramento de soluções de TI;
- Manutenção de soluções de TI;
- Gestão do ambiente computacional.

3.1.7.7.3 Consultoria em TI, que possui como produtos a disseminação de conhecimento especializado em TI e sua aplicação em ações do TRT, e inclui os seguintes processos:

- Fornecimento de orientações técnicas;
- Elaboração de pareceres técnicos;

3.1.7.7.4 Conscientização dos clientes sobre TI, que possui como produto o incremento da efetividade, eficiência e eficácia no uso de soluções de TI no TRT, e inclui os seguintes processos:

- Conscientização sobre o potencial da TI;
- Conscientização sobre as soluções disponíveis;
- Conscientização sobre o papel de clientes-gestores;
- Conscientização sobre segurança da informação.

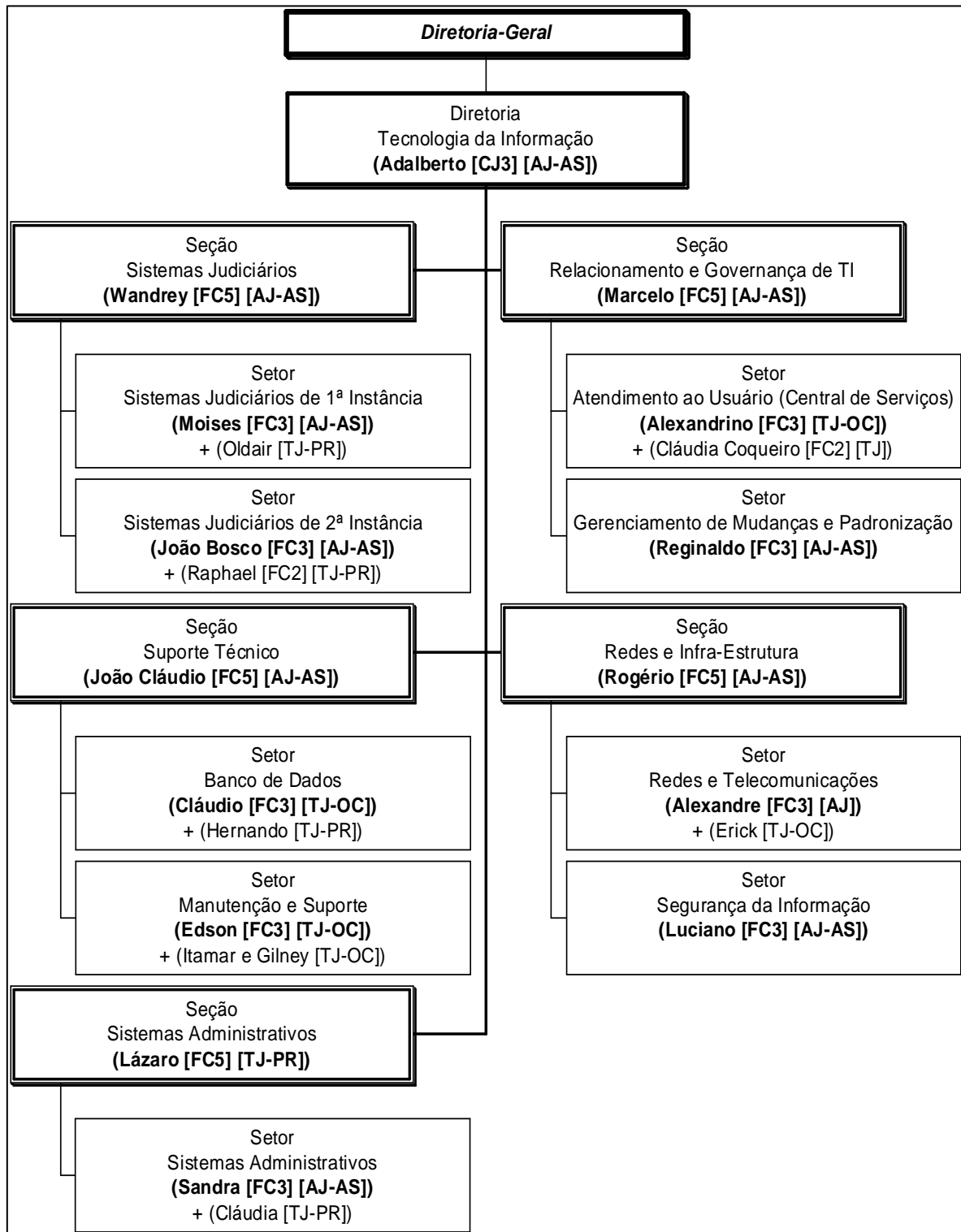
3.1.8 Principais Insumos

- Constituição Federal e Estadual;
- CLT, CPC, Leis e Estatutos (Federais e Estaduais);
- Resoluções do CNJ, CSJT, TST, TRT23;
- Petições Iniciais.

3.1.9 Principais Fornecedores

- Software: Oracle, Sybase, Microsoft, MacAfee;
- Hardware: Itautec, Lenovo, Dell, Cisco, Lexmark, Okidata;
- Comunicações: Embratel, Brasil Telecom.

3.1.10 Organograma da Área de TIC



***Obs: Estrutura em vigor desde 20/08/07 (Resolução Administrativa n. 115/2007-Altera parcialmente a Resolução Administrativa n. 90/2005 que trata da estrutura administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região).

3.2 Recursos Humanos

3.2.1 Quantidade Total de Cargos Efetivos do Órgão na Área de TIC

Cargos	Analista Judiciário (Análise de Sistemas)	Técnico Judiciário (Programação)	Técnico Judiciário (Operação)	Técnico Judiciário (Digitação)	Total
Total	11	10	11	4	36
Lotados na Área de TIC	9	6	6	0	21

3.2.2 Quantidade Total de Colaboradores Lotados na Área de TIC

Analista Judiciário (Análise de Sistemas)	Técnico Judiciário (Programação)	Técnico Judiciário (Operação)	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	Total
10	6	6	1	1	24

3.2.3 Quantidade Total de Terceirizados e Estagiários Lotados na Área de TIC

Terceirizados (Técnicos de Informática)	Estagiários (Ciência da Computação)
6	10

3.2.4 Distribuição dos Profissionais por Lotação e Área de Atuação

	<i>Nome do Profissional</i>	<i>Data Exercício</i>	<i>Cargo</i>	<i>Função</i>	<i>Vínculo</i>	<i>Área de Atuação</i>	<i>Nível de Atuação</i>
1	<i>Adalberto Henrique Sé Balão</i>	<i>15/03/93</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>CJ3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Gestão TIC</i>	<i>Administrativo</i>
2	<i>Alexandre Silveira Rodrigues</i>	<i>11/09/96</i>	<i>AJ-JD</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Redes e Infra-Estrutura</i>	<i>Operacional</i>
3	<i>Alexandrino Alencar de Abreu Filho</i>	<i>01/02/05</i>	<i>TJ-OC</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Atendimento Usuário</i>	<i>Operacional</i>
4	<i>Cláudia Maria C. Coqueiro Alves</i>	<i>03/11/92</i>	<i>TJ-AD</i>	<i>FC2</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Administrativo/Desenv.</i>	<i>Operacional</i>
5	<i>Claudia Terumi Sakamoto</i>	<i>01/02/05</i>	<i>TJ-PR</i>		<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Operacional</i>
6	<i>Cláudio Santana de Vasconcelos</i>	<i>19/07/93</i>	<i>TJ-OC</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Banco de Dados</i>	<i>Operacional</i>
7	<i>Edson Lourenço</i>	<i>14/10/93</i>	<i>TJ-OC</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Suporte Técnico</i>	<i>Operacional</i>
8	<i>Erick Jorge Louis Mendes Nolêto</i>	<i>01/02/05</i>	<i>TJ-OC</i>		<i>Efetivo</i>	<i>Redes e Infra-Estrutura</i>	<i>Operacional</i>
9	<i>Gilney Carmo de Sousa</i>	<i>20/07/05</i>	<i>TJ-OC</i>		<i>Efetivo</i>	<i>Suporte Técnico</i>	<i>Operacional</i>
10	<i>Hernando Salzar Pacheco</i>	<i>01/02/05</i>	<i>TJ-PR</i>		<i>Efetivo</i>	<i>Banco de Dados</i>	<i>Operacional</i>
11	<i>Itamar Nunes de Assis</i>	<i>15/08/06</i>	<i>TJ-OC</i>		<i>Efetivo</i>	<i>Suporte Técnico</i>	<i>Operacional</i>
12	<i>João Bosco Barros Freitas</i>	<i>01/02/05</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Operacional</i>
13	<i>João Cláudio Nogueira de Almeida</i>	<i>08/03/93</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC5</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Banco de Dados</i>	<i>Controle</i>
14	<i>Lázaro Antonio de Oliveira</i>	<i>26/03/93</i>	<i>TJ-PR</i>	<i>FC5</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Controle</i>
15	<i>Luciano Francisco de Jesus</i>	<i>10/02/05</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Segurança Informação</i>	<i>Operacional</i>
16	<i>Marcelo Kobayashi</i>	<i>04/02/04</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC5</i>	<i>Cedido</i>	<i>Governança TI</i>	<i>Controle</i>
17	<i>Moisés Bites Borges de Castro</i>	<i>01/02/05</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Operacional</i>
18	<i>Oldair Rosa de Jesus</i>	<i>21/02/05</i>	<i>TJ-PR</i>		<i>Efetivo</i>	<i>Estatística</i>	<i>Operacional</i>
19	<i>Raphael Viana Itacaramby</i>	<i>01/02/05</i>	<i>TJ-PR</i>	<i>FC2</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Operacional</i>
20	<i>Reginaldo Garcia Dupim</i>	<i>01/02/05</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Governança TI</i>	<i>Operacional</i>
21	<i>Rogério Mendes Pimenta</i>	<i>18/04/05</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC5</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Redes e Infra-Estrutura</i>	<i>Controle</i>
22	<i>Sandra Sayuri KamiKawa</i>	<i>04/03/04</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC3</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Operacional</i>
23	<i>Wandrey Alves Rangão</i>	<i>12/03/04</i>	<i>AJ-AS</i>	<i>FC5</i>	<i>Efetivo</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Controle</i>

3.3 Recursos Hardware

Hardware					
Categoria	Tipo	Qtd.	Características	Observações	
Servidor	I	7	2 Processadores núcleo duplo Intel Xeon 3GHZ 8/16GB RAM	Capital (Banco de Dados, Rede)	
	II	18	1 Processador núcleo duplo Intel Xeon 3GHZ 4/6GB RAM	Capital (Banco de Dados, Rede,	
	III	16	1 Processador Pentium IV 3.2 GHZ 1GB RAM	Interior (Banco de Dados, Rede)	
	Total	41			
Microcomputador	I	108	P3 500/733/800 MHZ, Celeron 1.2/1.7 GHZ, Athlon 1.1 GHZ c/256 MB RAM	Capital - Interior	
	II	252	Pentium IV 1.7/2.0/2.4/3.0 GHZ e Celeron 2.4/2.8 GHZ C/128/256 MB RAM	Capital - Interior	
	III	34	Pentium IV 2.4/3.0/3.2 GHZ C/ 512 MB RAM	Capital - Interior	
	IV	355	Pentium IV 2.8/3.2 GHz C/ 1 GB MB RAM	Capital - Interior	
	V	79	Pentium D 2.8/3.4 GHz C/ 1 GB MB RAM	Capital - Interior	
	VII	75	Core 2 Duo 2.33 Ghz C/ 2 GB RAM	Capital - Interior	
	VI	114	Pentium IV 3.0 GHZ C/ 256 MB RAM	Vara Cidadania	
	Total	1050			
	Impressora	I	86	Multifuncional	Capital - Interior
		II	189	Laser	Capital - Interior
II		30	Jato de Tinta	Capital - Interior	
IV		43	Matricial	Principalmente protocolo	
V		15	Laser	Vara Cidadania	
Total		363			
Notebook	I	65	Centrino Duo 2.0 C/ 2 GB RAM	Magistrados	
	II	18	Centrino Duo 1.8 C/ 1 GB RAM	Capital - Interior	
	III	29	Pentium M 1.6 C/ 768 MB RAM	Capital - Interior	
	IV	5	Pentium IV 1.7 C/ 256 MB RAM	Capital - Interior	
	V	10	Centrino 1.5 C/ 512 MB RAM	Capital - Interior	
	Total	127			
No-Break	I	305	até 1 KVA	Capital - Interior	
	II	64	> 1 à 2.5 KVA	Capital - Interior	
	III	8	> 2.5 KVA à 5 KVA	Capital - Interior	
	IV	129	1.4 KVA	Vara Cidadania	
	Total	506			
Switch 12 Portas	I	15	Modelos: AT-8012M-10	Capital - Interior	
Switch 16 Portas	II	3	Baseline 16 portas + 1 Gig	Capital - Interior	
Switch 24 Portas	III	9	Modelos: 3C17304, SAN24MI	Capital - Interior	

Switch 48 Portas	IV	10	Modelos: 3C17204, 7750	Capital - Interior
	Total	37		
Scanner		3		
Grupo Gerador		1		

3.4 Recursos Software

Nome	Tipo	Qtd. Licenças	Características	Observações
Oracle Enterprise Database 10g R2	6	3	Gerenciador de Bases de Dados	Adquiridas CSJT
Oracle Enterprise Manager Grid Control	6	1	Administração de Data Center	Adquiridas CSJT
IBM Tivoli Storage Manager Server	5	1	Gerenciador de Backups e restauração	Adquiridas CSJT
IBM T.S.M. DataProtect for Oracle	6	1	Cliente de backups para Oracle	Adquiridas CSJT
IBM T.S.M. DataProtect for Linux	5	3	Cliente de backups para Linux	Adquiridas CSJT
Sybase Adaptive Server Enterprise	6	4	Gerenciador de Bases de Dados	Adquiridas TRT
Sybase ASE client	6	214	Cliente de acesso às bases de dados	Adquiridas TRT
Sybase Replication Server	6	1	Replicação de dados entre interior e capital	Adquiridas TRT
Sybase Power Designer	6	1	Ferramenta Case	Adquiridas TRT
Business Objects Enterprise Professional	6	8	Ferramenta de apoio a decisão	Adquiridas TRT
Red Hat Enterprise Server	1	3	Sistema Operacional Linux	Adquiridas CSJT
Microsoft Office 2007 Single OPEN	7	5	Automação de escritório	Adquiridas TRT
Microsoft Office 2000 Premiun	7	1	Automação de escritório	Adquiridas TRT
Microsoft Office 97 STD e Professional	7	56	Automação de escritório	Adquiridas TRT
Microsoft Project Professional 2007	2	3	Gerenciador de Projetos	Adquiridas TRT
Microsoft Project Server 2007	2	1	Gerenciador de Projetos	Adquiridas TRT
Microsoft Project Server CALL 2007	2	10	Gerenciador de Projetos	Adquiridas TRT
Microsoft Visio Professional 2007	2	1	Utilitários	Adquiridas TRT
Microsoft Visual Studio Professional 2005	2	1	Utilitários	Adquiridas TRT
Corel Draw 11	2	1	Utilitários	Adquiridas TRT
Norton System Works 2003 Professional	2	1	Utilitários	Adquiridas TRT
Kurimin 5.1	1	114	Sistema Operacional Linux	Vara Cidadania
Microsoft Windows XP Professional	1	910	Sistema Operacional	Adquiridas TRT
Windows 2003 Server (Standard)	1	10	Sistema Operacional Windows	Adquiridas TRT
Windows 2003 Server CAL	1	550	Cliente de acesso ao Sist. Operacional Windows	Adquiridas TRT
McAfee Anti-vírus EPO Server	5	1	Ferramenta anti-vírus e spyware	Adquiridas CSJT
McAfee Anti-vírus+Anti-spyware Cliente	5	400	Ferramenta anti-vírus e spyware – cliente	Adquiridas CSJT
Módulo Check-up Tool	5	1	Ferramenta de análise de riscos de segurança	Adquiridas CSJT
Checkpoint Firewall-1	5	2	Ferramenta de segurança de acesso	Adquiridas CSJT

Citrix Metaframe Presentation Server	2	1	Utilitário de acesso remoto	Adquiridas CSJT
Citrix Metaframe Presentation Server-CAL	2	22	Utilitário de acesso remoto	Adquiridas CSJT
Microsoft Terminal Server-CAL	2	22	Utilitário de acesso remoto	Adquiridas CSJT
Qmail	3	1	Servidor de correio eletrônico	
SquirrelMail	3	700	Interface de webmail para correio eletrônico	
SpamAssasin	3	700	Utilitário de controle de SPAM	
Debian 4.0	1	20	Sistema Operacional Linux	Inst. em servidores
MySQL	6	3	Utilizado por aplicativos/utilitários	
Cacti	2	1	Utilitário de monitoramento de rede	
Nagios	2	1	Utilitário de monitoramento de rede	
SAMBA	1	20	Servidor de sistema de arquivos CIFS	
OpenSSH	2	20	Servidor de acesso remoto	
Putty	2	10	Cliente de acesso remoto	

Tabela de Tipo de Software
1 - software básico, tal como, sistema operacional, etc
2 - softwares utilitários,
3 - correio eletrônico,
4 - mensagem instantânea,
5 - softwares de segurança, tal como, anti-vírus, etc
6 - software de banco de dados,
7 - software de automação de escritório, tais como, planilha eletrônica, editor de texto, etc

3.5 Sistemas de Informação

Sistemas de Informação					
Nome	Descrição Sucinta	Tipo	Plataforma	BD	Linguagem
DAP1 - Distribuição e Acompanhamento de Processos de 1ª Instância		1			
DAP1 - Distribuição e Acompanhamento de Processos de 2ª Instância		1			
SGP - Sistema de Gestão de Pessoas		4			
e-DOC		2			
e-JUS		2			
e-Recurso		2			
SGP - Sistema de Gestão de Pessoas	<i>Permite o cadastro de: dados pessoais e funcionais dos magistrados e servidores, dependentes, pensionistas, eventos (férias, licenças-médicas, substituições, viagens, cursos, etc.), lotacionograma, quadro de funções, cargos, etc. Emissão de diversos relatórios.</i>	4	<i>cliente/servidor</i>	<i>Sybase</i>	<i>VB6</i>
Protocolo Administrativo	<i>Permite o cadastrar e acompanhar movimentação de processos administrativos</i>	4	<i>cliente/servidor</i>	<i>Sybase</i>	<i>VB6</i>
SIP - Sistema de Informações Pessoais	<i>Módulo web para consultas de dados pessoais, holerites, férias, etc.</i>	4	<i>bd/web</i>	<i>Sybase</i>	<i>.net</i>
PROADE - Programa de avaliação de desempenho de servidores em estágio probatório	<i>Módulo web destinado a registrar e gerenciar avaliações de desempenho de servidores.</i>		<i>bd/web</i>	<i>Sybase</i>	<i>Java</i>

Controle de Diárias	<i>Permite cadastrar solicitações de diárias, reembolso de combustível e indenização de transporte. Permite a autorização, geração da minuta da portaria, registro de pagamento e geração de evento na vida funcional do servidor. Geração de diversos relatórios.</i>	4	cliente/ servidor	Sybase	VB6
Controle de Estagiários	<i>Permite cadastrar dados pessoais e funcionais dos estagiários. Geração de folha de pagamento. Emissão de relatórios.</i>	4	bd/web	Sybase	.net
SSI - Sistema de solicitações à informática	<i>Permite cadastrar solicitações à informática e atendimentos.</i>	4	Cliente /servidor	Sybase	VB6
Material de Consumo	<i>Permite cadastrar material de consumo, solicitações e atendimento. Geração do balancete mensal. Emissão de diversos relatórios.</i>	4	cliente/ servidor	Sybase	VB6
Material Permanente	<i>Permite cadastrar material permanente, eventos (tombamento, movimentação, manutenção, inventário, etc.), solicitações de material permanente. Geração do balancete mensal. Emissão de diversos relatórios.</i>	4	cliente/ servidor	Sybase	VB6
Contratos	<i>Permite o cadastro de todos os tipos de instrumentos (contratos, acordos, termos de parceria, etc.).</i>	4	cliente/ servidor	Sybase	VB6
Ouvidoria	<i>Permite o cadastro e acompanhamento dos andamentos das manifestações recebidas.</i>	4	cliente/ servidor	Sybase	VB6
Pro-Saúde	<i>Permite o cadastro dos prestadores de serviços (médicos e odontólogos), procedimentos médicos, autorizações e reembolsos. Emissão de diversos relatórios.</i>	4	cliente/ servidor	Sybase	.net

Folha de Pagamento	<i>Permite cadastrar dados pessoais e funcionais, rubricas, cargos, funções, valores, índices, etc. Geração do cálculo da folha (magistrados, servidores, inativos e pensionistas), geração de dados para a DIRF e Cédula "C".</i>	6	monousuário	Dbase	Clipper
Biblioteca	<i>Permite o cadastro e consulta do acervo bibliográfico.</i>	4	cliente/servidor	Acess	Access
Apoio ao Concurso de Juiz	<i>Permite o cadastro de candidatos. Divulgação do resultado em sessão pública. Emissão de diversos relatórios.</i>	4	cliente/servidor	Acess	Access

Tabela de Tipo de Sistema de Informação
1 - sistema judiciário, desenvolvido por equipe do Órgão
2 - sistema judiciário, integrante do SIGI
3 - sistema judiciário, desenvolvido por terceiros (outros Órgãos)
4 - sistema administrativo, desenvolvido por equipe do Órgão
5 - sistema administrativo, integrante do SIGI
6 - sistema administrativo, desenvolvido por terceiros (outros Órgãos)
7 - aplicativo

3.6 Comunicações

Comunicações						
Categoria	Tipo	Qtd.	Características	Observações	Custo Mensal	Mantenedor
Link Internet	ADSL	17	Acesso à internet assimétrico, a 800 Kbps para download e 512 Kbps para upload	Provê acesso a internet às Varas da Cidadania e do Trabalho e redundância aos enlaces MPLS	R\$ 10.700,00	TRT
	IP Dedicado	1	Acesso à internet simétrico, dedicado, com fornecimento de 2x64 endereços IP e balanceamento de carga em 2 enlaces de 2048 Kbps cada.	Provê a infra-estrutura de hospedagem e publicação de serviços de internet e acesso a esta para a Sede do Regional	R\$ 2.791,67	TRT
Link Dados	MPLS	1	Circuito de VPN MPLS redundante a 4096 Kbps	Rede JT-Sede	R\$ 7.798,66	CSJT
	MPLS	1	Circuito de VPN MPLS a 256 Kbps	Rede JT-VT Roo	R\$ 2.179,95	CSJT
	MPLS	16	Circuito de VPN MPLS a 128 Kbps	Rede JT-demais VTs	R\$ 26.941,44	CSJT




















3.7 Projetos

3.7.1 Projetos Concluídos (08/2007 a 04/2008)

Id		Nome da tarefa	Duração	Início	Término
1		Diretoria de Tecnologia da Informação - Portfólio de Projetos	520,5 dias?	Qua 01/08/07	Qui 17/06/10
2		Projetos Entregues	140,75 dias?	Qua 01/08/07	Ter 22/04/08
3		Mapear e Corrigir os Principais Problemas nos Sistemas Judiciários (Plano de Gestão 2007-2009)	98,75 dias	Qua 01/08/07	Qua 23/01/08
1		Sistemas Judiciários de 1ª Instância	98,75 dias	Qua 01/08/07	Qua 23/01/08
2		Integração Despacho com Edital e DJE	42,88 dias	Qua 01/08/07	Sex 19/10/07
3		Atendimento aos usuários e pequenos aperfeiçoamentos	89 dias	Seg 20/08/07	Qua 23/01/08
4		DCP: Espelho do Cadastro do Processo e das Partes	4 dias	Seg 03/09/07	Seg 10/09/07
5		DCP: Aperfeiçoamento do formulário de distribuição do DAP1	4 dias	Seg 03/09/07	Seg 10/09/07
6		Acompanhamento e Controle de Prazos	39,88 dias	Seg 10/09/07	Qui 22/11/07
7		Melhorias no Sistema de Controle de Mandados	19,88 dias	Seg 10/09/07	Ter 16/10/07
8		DCP: Visto de petições	3 dias	Seg 10/09/07	Qui 13/09/07
9		Novas funcionalidades adicionadas ao AUD-Exportador	24,88 dias	Seg 17/09/07	Qui 01/11/07
10		Publicação de Sentença Liquida (Capital)	10 dias	Seg 17/09/07	Qui 04/10/07
11		Estatística de 1ª Instância: Quadro VIII	14 dias	Seg 24/09/07	Qui 18/10/07
12		DCP: Adequações referente aos novos fluxos de trabalho previstos referente a petições destinadas a 2ª Instância	28 dias	Seg 24/09/07	Qua 14/11/07
13		Estatística de 1ª Instância: Quadro II-B	44,88 dias	Seg 01/10/07	Sex 21/12/07
14		Ferramentas de Apoio ao Núcleo de Conciliações: 1ª Entrega	5 dias	Seg 24/09/07	Ter 02/10/07
15		Ferramentas de Apoio ao Núcleo de Conciliações: 2ª Entrega	25 dias	Seg 01/10/07	Qui 15/11/07
16		Ferramentas de Apoio ao Núcleo de Conciliações: 3ª Entrega	45 dias	Seg 15/10/07	Seg 31/12/07
17		Estatística de 1ª Instância: Quadro IX	10 dias	Seg 15/10/07	Qui 01/11/07
18		Estatística de 1ª Instância: Quadro XIII	9,88 dias	Seg 29/10/07	Qui 15/11/07
19		Assinatura Eletrônica de Despachos	36 dias	Qui 01/11/07	Ter 01/01/08
20		Aperfeiçoamento intermediário da carga de processos	25 dias	Seg 19/11/07	Dom 30/12/07
21		Sistemas Judiciários de 2ª Instância	89 dias	Seg 20/08/07	Qua 23/01/08
22		Atendimento aos usuários e pequenos aperfeiçoamentos	89 dias	Seg 20/08/07	Qua 23/01/08
23		Aperfeiçoamento da integração com E-JUS	15 dias	Seg 27/08/07	Sex 21/09/07
24		STP: Solicitações: 1ª Entrega	15 dias	Seg 27/08/07	Sex 21/09/07
25		Estatística de 2ª Instância: Tabela VI	19,88 dias	Seg 03/09/07	Ter 09/10/07
26		STP: Solicitações: 2ª Entrega	45 dias	Seg 17/09/07	Sex 07/12/07
27		Estatística de 2ª Instância: Tabela IV	44,88 dias	Seg 01/10/07	Sex 21/12/07
28		Estatística de 2ª Instância: Tabela I e I-A	14,88 dias	Seg 01/10/07	Sex 26/10/07
29		Assinatura Eletrônica de Acordãos	45 dias	Seg 01/10/07	Sex 21/12/07
30		Estatística de 2ª Instância: Tabela V	22 dias	Qui 01/11/07	Qua 12/12/07
31		Estatística de 2ª Instância: Tabela II	12 dias	Qui 01/11/07	Qui 22/11/07
32		Estatística de 2ª Instância: Tabela III	20 dias	Seg 05/11/07	Ter 11/12/07
33		STP: Solicitações: 3ª Entrega	20 dias	Seg 19/11/07	Dom 23/12/07

Id	Nome da tarefa	Duração	Início	Término
4	 Sistema de Diárias - Manutenção Evolutiva I	6 dias	Seg 15/10/07	Qua 24/10/07
1	 Automatizar indenização de transporte	6 dias	Seg 15/10/07	Qua 24/10/07
5	 Sistema de Folha de Pagamento - Manutenção Evolutiva I	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
1	 Cálculo de retroativo de Adicional de Qualificação para servidores	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
2	 Cálculo de retroativo de Reenquadramento Funcional para servidores;	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
3	 Cálculo de verbas indenizatórias para juizes classistas;	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
4	 Compilação de dados para envio ao SIPREVI (Avaliação Atuarial);	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
5	 Cálculo retroativo do tempo de serviço dos magistrados;	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
6	 Preparação, fechamento e envio da DIRF ref. exercício 2007.	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
7	 CEDULA C 2007	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
8	 RAIS 2007– Relatório Anual de Informações Sociais	110 dias	Seg 20/08/07	Qui 06/03/08
6	 Sistema de Gestão de Pessoas - Manutenção Evolutiva I	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
1	 Alteração no formulário de cadastro de lotações (organograma)	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
2	 Módulo para registro de solicitações de substituição e gerar minuta da portaria	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
3	 Permitir aos responsáveis pela unidade efetuar consultas de férias, quadro, outros..	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
4	 Criar relatório para emissão de carteira funcional	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
5	 Adaptações no PROADE	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
7	 Sistema de Material Permanente - Manutenção Evolutiva I	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
1	 Módulo de descarga de material	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
2	 Alteração no módulo de manutenção de material	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
3	 Módulo para geração do balancete mensal	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
4	 Criação de relatórios de entradas e balancete mensal	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
5	 Ajustes finos no balancete patrimonial e implantação definitiva do balancete mensal (desde 1992)	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
6	 Apoio na criação de relatórios para a distribuição dos notebooks para os Magistrados	131 dias	Seg 20/08/07	Ter 22/04/08
8	 Sistema de Ouvidoria - Manutenção Evolutiva I	16,75 dias	Seg 05/11/07	Qui 06/12/07
1	 Alterações nos formulários do processo	6 dias	Seg 05/11/07	Qui 15/11/07
2	 Criação de campos para ativar e/ou desativar assuntos.	6 dias	Seg 05/11/07	Qui 15/11/07
3	 Alterações no sistema e na WEB	6 dias	Seg 05/11/07	Qui 15/11/07
4	 Alterações em diversos relatórios	6 dias	Seg 05/11/07	Qui 15/11/07
5	 Alterar Sistema e página WEB para gravar a manifestação em banco de dados	10 dias	Seg 19/11/07	Qui 06/12/07
6	 Gerar processo por meio de uma manifestação	10 dias	Seg 19/11/07	Qui 06/12/07
9	 Sistema de Controle de Acesso - Manutenção Evolutiva I	6 dias?	Seg 26/11/07	Qua 05/12/07
1	 Alteração no formulário de concessão de grupos e local	2,25 dias?	Seg 03/12/07	Qua 05/12/07
2	 Criar sub-formulário para atribuição de acesso por semelhança de usuários	2,25 dias?	Seg 03/12/07	Qua 05/12/07
3	 Auditoria de concessão/revogação de permissões de acesso	1,5 dias?	Seg 26/11/07	Ter 27/11/07
10	 Sistema de Distribuição de Revisor	109,5 dias?	Sex 14/09/07	Sex 04/04/08
1	 Sistema de Distribuição de Revisor	109,5 dias?	Sex 14/09/07	Sex 04/04/08

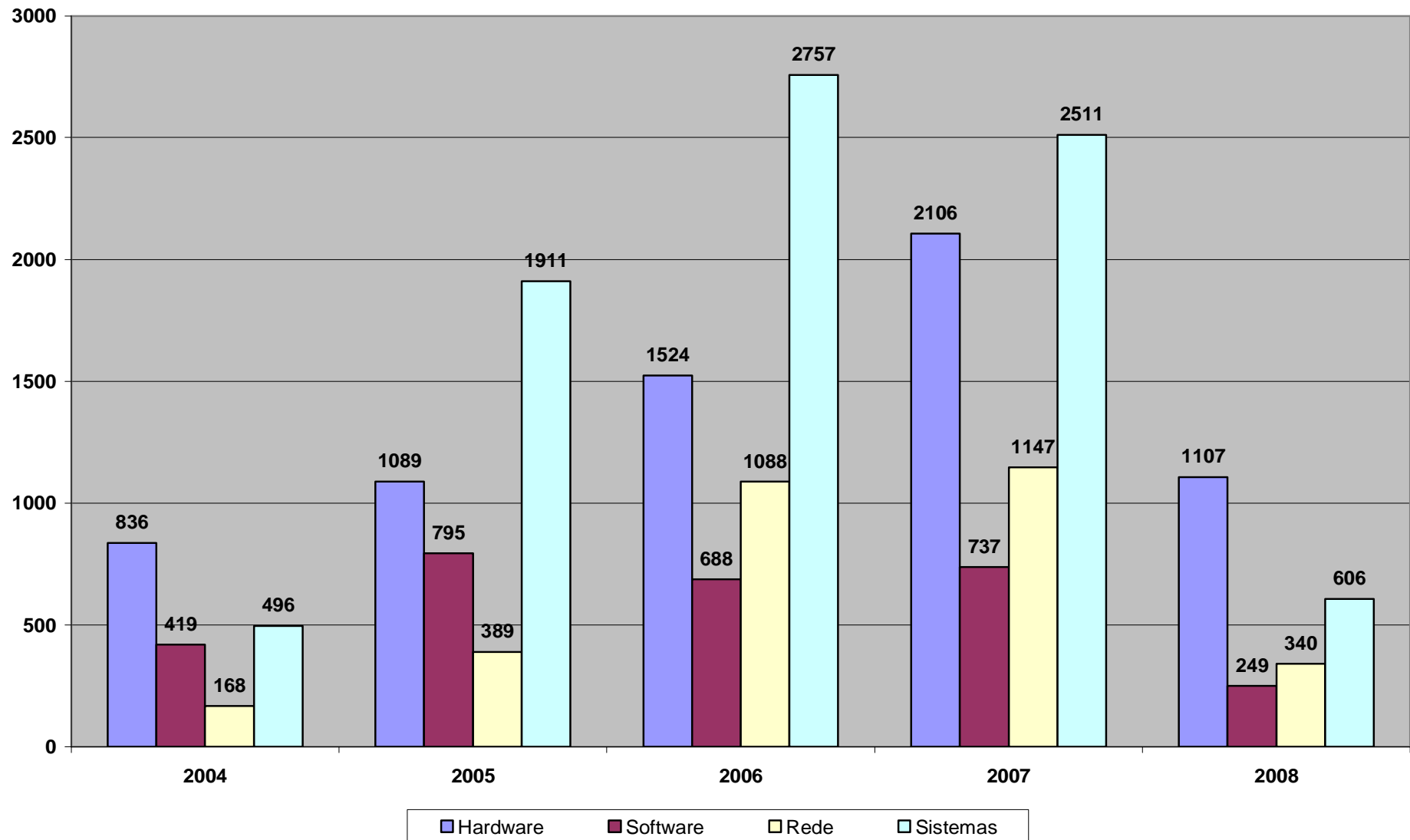
3.7.2 Projetos Em Andamento

Id		Nome da tarefa	Duração	Início	Término
1		Diretoria de Tecnologia da Informação - Portfólio de Projetos	520,5 dias?	Qua 01/08/07	Qui 17/06/10
2		Projetos Entregues	140,75 dias?	Qua 01/08/07	Ter 22/04/08
11		Projetos Em Andamento	152,5 dias?	Seg 12/11/07	Qui 28/08/08
12		STP - Solicitações Encaminhadas à Presidência - EM ANDAMENTO	0 dias?	Qui 24/04/08	Qui 24/04/08
13		SJUD - Solicitações Encaminhadas à Presidência - EM ANDAMENTO	148 dias?	Ter 20/11/07	Qui 28/08/08
1		Convênio PGE - TRT23 (Notificação On-Line)	22,5 dias?	Seg 24/03/08	Qua 07/05/08
2		Sistema Integrado de Gestão de Acordos Trabalhistas - Núcleo Conciliação	148 dias?	Ter 20/11/07	Qui 28/08/08
1		1ª Entrega	78,75 dias?	Ter 20/11/07	Ter 15/04/08
2		2ª Entrega	23 dias	Qua 16/04/08	Seg 02/06/08
3		3ª Entrega	23 dias	Ter 03/06/08	Ter 15/07/08
4		4ª Entrega	23 dias	Ter 15/07/08	Qui 28/08/08
14		CSJT - Alterações necessárias - EM ANDAMENTO	15 dias	Ter 01/04/08	Qua 30/04/08
1		Implantação do domínio ".JUS"	15 dias	Ter 01/04/08	Qua 30/04/08
15		DCS - Solicitações Encaminhadas à Presidência - EM ANDAMENTO	63 dias	Ter 01/04/08	Qui 31/07/08
1		Alteração na página inicial do site do TRT	63 dias	Ter 01/04/08	Qui 31/07/08
16		XIV Concurso de Juizes - EM ANDAMENTO	109,75 dias?	Seg 12/11/07	Seg 09/06/08
1		Preparação do site para recebimento de inscrições pelo site	3,75 dias	Seg 12/11/07	Sex 16/11/07
2		Processamento de inscrições	1 dia	Seg 07/01/08	Ter 08/01/08
3		Apoiar a correção da 1ª fase	3 dias	Seg 18/02/08	Qui 21/02/08
4		Apoiar a correção da 2ª fase	2 dias	Ter 22/04/08	Qui 24/04/08
5		Apoiar a publicação de resultados final	4 dias?	Seg 02/06/08	Seg 09/06/08
17		DPL - Solicitações Encaminhadas à Presidência - EM ANDAMENTO	15 dias	Seg 14/04/08	Ter 13/05/08
1		Sistema de Patrimônio - integração com coletor de dados	15 dias	Seg 14/04/08	Ter 13/05/08
18		Projetos Autorizados não iniciados	379,5 dias?	Qua 23/04/08	Qui 17/06/10

3.7.3 Projetos Autorizados e Não Iniciados

Id	Nome da tarefa	Duração	Início	Término
1	Diretoria de Tecnologia da Informação - Portfólio de Projetos	520,5 dias?	Qua 01/08/07	Qui 17/06/10
2	Projetos Entregues	140,75 dias?	Qua 01/08/07	Ter 22/04/08
11	Projetos Em Andamento	152,5 dias?	Seg 12/11/07	Qui 28/08/08
18	Projetos Autorizados não iniciados	379,5 dias?	Qua 23/04/08	Qui 17/06/10
19	STP - Solicitações Encaminhadas à Presidência - NÃO INICIADAS	152,75 dias?	Sex 02/05/08	Qua 11/03/09
1	Relatórios Estatísticos	8 dias	Sex 02/05/08	Sex 16/05/08
2	Registrar Juiz Prolator da Sentença	4 dias?	Seg 19/05/08	Ter 27/05/08
3	Envio de Despachos pelos Gabinetes para o DJE	15 dias	Qua 28/05/08	Ter 24/06/08
4	Emissão de certidões (publicação, vencimento de prazo, transito em julgado, outros..)	75 dias?	Qua 25/06/08	Qui 13/11/08
5	Expedições de documentos (notificações, mandados, ofícios e carta de ordem apartir do DAP2)	50 dias?	Sex 14/11/08	Qua 11/03/09
20	SJUD - Solicitações Encaminhadas à Presidência - NÃO INICIADAS	90 dias?	Seg 25/08/08	Qua 04/03/09
1	Sistema de Controle de precatórios pagos	15 dias	Seg 25/08/08	Sex 19/09/08
2	Sistema de Cadastro de honorários periciais	15 dias	Seg 22/09/08	Sex 17/10/08
3	Sistema de registro e controle de bens penhorados	60 dias?	Seg 20/10/08	Qua 04/03/09
21	SECOR - Solicitações Encaminhadas à Presidência - NÃO INICIADAS	375 dias?	Sex 02/05/08	Qui 17/06/10
1	Sistema de Correição Virtual	140 dias	Sex 02/05/08	Qua 11/02/09
2	Movimentação e carga de processos	144 dias?	Qui 12/02/09	Sex 27/11/09
3	Publicação de Despachos e Decisões e Consulta de Processos	11 dias	Qui 29/10/09	Qui 19/11/09
4	Portal da Secretaria da Corregedoria	70 dias	Seg 23/11/09	Seg 03/05/10
5	Boletins Estatísticos dos Oficiais de Justiça Avaliadores	24 dias	Ter 04/05/10	Qui 17/06/10
22	DGP - Solicitações Encaminhadas a Presidência - NÃO INICIADAS	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
1	Controle de Permuta de servidores	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
2	Controle de compensação de folgas	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
3	Controle de Férias	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
4	Auditar módulos de benefícios	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
5	Certidão eletrônica de adicional de qualificação	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
6	Implantar projeto de ensino a distância	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
7	Coordenar implantação para gestão de competências	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
8	Requisição de serviços via sistema	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
9	Automatizar portarias	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
10	Exclusão automática de dependentes	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
11	Migrar Folha de pagamento	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
12	Migrar Sistema de Capacitação	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
13	Criar campos: acompanhamento de cônjuge, exercício provisório e remoção por permuta	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
14	Controle de cargos	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
15	Adequar Sistema Pró-Saúde	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
16	Programa da área odontológica	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
17	Fechamento automática das faturas do plano de saúde.	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
18	Emissão de certidão de valores recebidos a título de reembolso para fins de declaração IR	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
19	Adequar programa de relatórios da área médica	1 dia?	Qua 23/04/08	Qui 24/04/08
23	Sistema de Controle de Diárias - Manutenção Evolutiva II	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08
24	Sistema de Gestão de Contratos - Manutenção Evolutiva I	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08
25	Sistema de Folha de Pagamento - Manutenção Evolutiva II	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08
26	Sistema de Gestão de Pessoas - Manutenção Evolutiva II	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08
27	Sistema de Material e Patrimônio - Manutenção Evolutiva I	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08
28	DOF - Solicitações Encaminhadas à Presidência	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08
29	DPL - Solicitações Encaminhadas à Presidência	0 dias?	Qua 23/04/08	Qua 23/04/08

3.7.4 Solicitações de Serviço de Informática (2004 a 04/2008)



3.8 Contratos Fiscalizados pela DTI

Nº Contrato	Assinatura	Contratada
015/2006	02/10/2006	Brasil Telecom S/A
Objeto do Contrato		
Link Internet ADSL – Varas da Cidadania		
Prorrogável	Vigência	Valor Mensal (R\$)
Sim (Mais 36 meses)	Até 01/10/2008	10.700,00

Nº Contrato	Assinatura	Contratada
004/2008	22/03/2008	Brasil Telecom S/A
Objeto do Contrato		
Link Internet Capital		
Prorrogável	Vigência	Valor Mensal (R\$)
	Até 25/03/2009	2.791,67

Nº Contrato	Assinatura	Contratada
024/2007	12/12/2007	Rena Tecnologia Ltda
Objeto do Contrato		
Manutenção e Assistência Técnica em Equipamentos de Informática		
Prorrogável	Vigência	Valor Mensal (R\$)
Sim (Até o limite de 60 meses)	Até 01/01/2009	12.500,00

4 Análise da Situação Atual

No âmbito do TRT da 23ª Região, a situação atual é de cumprimento ao Plano de Gestão 2007-2009 (vide versão atualizada até 04/2008 em anexo), e de aderência às políticas e padrões estabelecidos pelo CSJT, e de ajustamento às Resoluções do CNJ.

O PDTIC foi desenvolvido prevendo sua implementação num espaço temporal de três a cinco anos, conforme já dito na introdução.

A competência para expedir normas gerais de procedimento relacionadas com os sistemas de informática da Justiça do Trabalho é do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de acordo com o art. 5º, II, do seu Regimento Interno.

Em maio de 2007, foi formada a Comissão de Avaliação dos Projetos de Informática da Justiça do Trabalho – CAPI, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com a finalidade de realizar a supervisão das ações desenvolvidas no bojo do projeto orçamentário de informatização da Justiça do Trabalho denominado “Sistema Integrado de Gestão da Informação na Justiça do Trabalho” ou, abreviadamente, “SIGI-JT”.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou na 28/03/08, o Novo Modelo de Gestão Corporativa da Tecnologia da Informação e das Comunicações na Justiça do Trabalho. O objetivo é integrar toda a estrutura da Justiça do Trabalho – o Tribunal Superior do Trabalho, os 24 Tribunais Regionais e as 1.370 Varas do Trabalho – num único modelo e aplicar a Tecnologia da Informação e das Comunicações de forma corporativa.

Neste modelo, caberá a CAPI, estabelecer a política atual e de continuidade da Tecnologia da Informação e das Comunicações no âmbito da Justiça do Trabalho, à ASTIC – Assessoria de Tecnologia da Informação e das Comunicações do CSJT, a gerência executiva do SIGI-JT e aos Comitês Setoriais (formado por técnicos dos Tribunais), estudos e prospecção tecnológica dentro de sua área específica.

A elaboração de um Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e das Comunicações para a Justiça do Trabalho, esta previsto.

Tendo em vista as atividades prioritárias estabelecidas, bem como a necessidade emergencial de readequação do sistema de Distribuição e Acompanhamento de 2ª Instância, que totalizam 42.619 h/h para uma capacidade de 1200 h/h mensais, a Comissão de Acompanhamento de Projetos da Área de Tecnologia da Informação do TRT, após análise das solicitações, encaminhou proposta que foi submetida e aprovada pela Presidência, para a distribuição da carga horária mensal da seguinte forma: 350 h/h – Projetos da Secretaria Judiciária, 300 h/h – Projetos da Secretaria do Tribunal Pleno, 100 h/h Projetos e Atividades de Estatística, 100 h/h Projetos da Secretaria da Corregedoria, 50 h/h Projetos da Assessoria de Comunicação, 100 h/h Atividades Emergenciais da Área Administrativa (cálculos e preparação de folhas suplementares, ajustes para conformidade de legislação, etc.), e 200 h/h – Reserva Técnica (para ajustes e conformidade à Resoluções e Normas do CNJ, CSJT, TRT23, entre outras, e também projetos e ações não previstas e de interesse da Administração).

Em relação aos investimentos em TI, a atual administração tem dentro das possibilidades orçamentárias, e em complemento aos investimentos feitos pelo CSJT através do projeto SIGI-JT, realizado aquisições, sobretudo de microcomputadores para modernização do parque computacional das Varas do Trabalho do Interior. No exercício de 2007, foram adquiridos 49 microcomputadores. Foram também disponibilizados pelo CSJT, com recursos do SIGI-JT: 65 notebooks (01 para cada magistrado do TRT da 23ª Região) e 75 microcomputadores. Também em 2007, foram adquiridos softwares para a implementação do escritório de projetos do TRT, e também adquiridos licenças de sistema operacional de servidor e estações de trabalho.

Uma inovação na estrutura atual da DTI foi a criação da Seção de Relacionamento e Governança de TI, com o Setor de Atendimento ao Usuário (Central de Serviços) e o Setor de Gerenciamento de Mudanças e Padronização.

Praticar a “governança” significa, em última análise, garantir que os resultados esperados serão obtidos. Isso se faz mediante o alinhamento dos ativos, estruturas de pessoal e investimentos, aplicando-se roteiros de decisão, controles, medições e ajustes. A Governança de TIC abrange o subconjunto afeto à tecnologia, cujos componentes básicos são a infra-estrutura tecnológica, as pessoas envolvidas, as compras de produtos e serviços, além dos respectivos processos decisórios e roteiros de trabalho.

A Governança de TIC constitui, em si, um processo, o qual deve ser aderente ao planejamento estratégico, aos planos setoriais e às diretrizes da organização, mantendo o foco nas metas estipuladas. Na prática, busca-se assegurar que os recursos de TIC estejam sempre adequados às demandas do negócio, estabelecendo prioridades de investimentos e custeios, realizando otimizações dos processos, promovendo a atualização tecnológica e a internalização de conhecimentos.

No mundo corporativo, os mecanismos de Governança de TIC são muito valorizados, na medida em que ajudam a conferir sustentação aos negócios das empresas, alavancando suas posições no mercado de ações. Empresas de consultoria e auditoria têm se especializado em ajudar as organizações na implantação desses mecanismos.

Existem metodologias específicas de governança, sendo as compiladas sob os nomes de COBIT e o ITIL as mais conhecidas, essa última mais voltada para a gestão de TIC.

O relacionamento da área de TIC, com os clientes internos e externos, deve ser de absoluta transparência, de cunho esclarecedor, e deve constituir-se em uma experiência enriquecedora para todos. Através da unificação dos canais de atendimento, e da estruturação do Setor de Atendimento ao Usuário, será possível se estabelecer um relacionamento e atendimento mais célere e eficaz, a todos.

Em relação aos recursos humanos, faz-se necessário a implantação de uma política para se evitar o êxodo de servidores do quadro especializado, para outras áreas e órgãos. Atuar na área de TIC exige do profissional, dedicação e aprimoramento constante, pois novas tecnologias surgem diariamente.

5 Proposta

Como já explicitado anteriormente, cabe ao CSJT, através da CAPI-JT, definir a política nacional de tecnologia da informação e das comunicações para a Justiça do Trabalho, inclusive com recomendação para que os Tribunais, não a façam isoladamente e principalmente não afrontem as políticas estabelecidas por ela.

Após a criação da CAPI e da ASTIC e com o modelo formal estabelecido o que se vislumbra é uma política consistente e vigorosa de Tecnologia da Informação e das Comunicações, para toda a Justiça do Trabalho.

Contudo é necessário se preparar para o futuro, e para a aderência das novas metodologias e tecnologias, sobretudo do processo virtual, da governança corporativa de TIC, da gestão da segurança da informação.

O TCU sustenta que a Tecnologia da Informação é hoje ferramenta indispensável, para se fazer cumprir o princípio da eficiência, consagrado na Carta Magna, e para tanto criou a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação, para levar a cabo auditorias e fiscalizações nas áreas de TIC, em todos os órgãos da administração federal, e recomendar que os mesmos adotem estruturas adequadas na área de Tecnologia da Informação (quadro próprio), bem como adote as melhores práticas no seu uso e nos investimentos realizados.

Para que possamos atender a contento as demandas nacionais e locais, e prover uma governança de TIC, nos moldes preconizados pelo CSJT, TCU, é necessário dotar a área de TIC, de uma estrutura organizacional e quadro especializado adequados, bem como de investimentos na infra-estrutura e na atualização do parque computacional, e na capacitação do corpo técnico.

5.1 Sugestões

As sugestões que apresentamos a seguir visam principalmente: garantir a continuidade nas ações em andamento; alinhar a política de Tecnologia da Informação e das Comunicações com o Plano Estratégico do TRT da 23ª Região e com as políticas de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho; preparar o quadro técnico da DTI, para absorver as novas tecnologias disponíveis e futuras; garantir uma estrutura adequada para a área de TIC no presente e, sobretudo para o futuro; dar conformidade do ponto de vista do Controle Interno e Externo, às aquisições e contratos na área de TIC; cumprir o objetivo estratégico e buscar a eficiência e a eficácia na realização de seus macros processos.

5.1.1 Dotar a área de TIC, de estrutura adequada

Para que possamos atender a contento as demandas nacionais e locais, e prover uma governança de TIC, nos moldes preconizados pelo CSJT, TCU, é necessário dotar a área de TIC, de uma estrutura organizacional e quadro especializado adequados. A aprovação da proposta encaminhada à comissão para proceder estudos acerca da necessidade de cargos e funções comissionadas para as unidades administrativas deste Tribunal, instituída pela Portaria TRT/DG nº 245/2008, é fundamental para o atingimento dos demais objetivos propostos neste plano.

5.1.2 Estabelecer percentual mínimo do orçamento do TRT, a ser destinado à área de TIC

Como verificado no diagnóstico inicial o investimento do TRT nos últimos anos em TIC, têm ficado abaixo de 1%. Para uma gestão adequada de TIC, e modernização do parque tecnológico e da infra-estrutura, em geral as organizações investem entre 1,5% e 2%, ao ano. A modernização tecnológica do TRT da 23ª Região, sobretudo na capital, é decorrente dos investimentos feitos por ocasião da nova sede, e também pelos investimentos realizados, nos últimos 03 anos com recursos do SIGI-JT. O aporte de recursos do SIGI-JT, para a padronização da infra-estrutura tecnológica dos Tribunais, deverá ser refreado, a partir do exercício corrente. Desta forma sugerimos a destinação de no mínimo 1,5% do orçamento do Tribunal, para a manutenção e modernização da área de TIC e capacitação do quadro técnico especializado.

5.1.3 Cumprir todas as metas estabelecidas no Plano de Gestão 2007-2009

O Plano de Gestão 2007-2009 foi concebido por solicitação do Excelentíssimo Desembargador-Presidente, antes do início da gestão. O plano contém diversas ações, inclusive o desenvolvimento de um Plano Diretor de Informática, que o complementa e estende.

5.1.4 Criar Comitê Responsável pela Implantação e Gestão do SUAP no TRT da 23ª Região

O CSJT deverá em breve - conforme consta da proposta do novo modelo de gestão corporativa de tecnologia da informação da Justiça do Trabalho – aprovar Resolução, instituindo o SUAP, como sistema único de administração de processos da Justiça do Trabalho.

O SUAP está em desenvolvimento e o contrato prevê a sua implantação em 36 meses, restando atualmente em torno de 28 meses. A criação de novas soluções de informática para o processo judicial que não obedeçam à plataforma tecnológica adotada para o SUAP será vedada e os Tribunais deverão promover investimentos para formação dos usuários internos, com o objetivo de prepará-los para aproveitamento adequado do SUAP.

Criar desde já uma cultura de disseminação e esclarecimento aos clientes internos, e preparar o Tribunal, para adoção do SUAP, deve ser o objetivo deste Comitê, que também deverá coordenar todo o trabalho de implantação e gestão do SUAP, no TRT da 23ª Região.

5.1.5 Adoção da plataforma tecnológica padrão a ser definida, pela CAPI-JT, assim como a utilização, tanto quanto possível, de programas com código aberto no âmbito da Justiça do Trabalho

A CAPI-JT deverá definir também em breve, qual a plataforma tecnológica padrão para utilização no âmbito da Justiça do Trabalho. A partir desta definição o TRT da 23ª Região, deverá envidar todos os esforços para a sua adoção.

5.1.6 Adotar política de segurança da informação

Em 2007, foi realizada uma análise de riscos, em todos os Tribunais (ação do SIGI-JT), e no caso do nosso Tribunal, foram verificados vários pontos frágeis e oportunidades de melhoria. A informação é hoje um dos principais ativos de uma organização, e preservá-la de ataques, incidentes, e intrusões; deve ser tarefa constante. Aperfeiçoar as normas internas e dotar a área de TIC de uma estrutura adequada e pessoal qualificado é necessário e urgente, tendo em vista que atualmente apenas 01 técnico está alocado para essa atividade.

5.1.7 Estabelecer Acordos de Nível de Serviço, para todos os contratos realizados pela DTI

Um Acordo de Nível de Serviço (ANS ou SLA, do inglês Service Level Agreement) é a parte de contrato de serviços entre duas ou mais entidades no qual o nível da prestação de serviço é definido formalmente. Na prática, o termo é usado no contexto de tempo de entregas de um serviço ou de um desempenho específico. O estabelecimento de contratos de TI, com base em ANS, têm sido recomendação constante do TCU, nas diversas auditorias realizadas em áreas de TIC. Este modelo baseia-se na remuneração dos serviços, com base em resultados previamente estabelecidos entre as partes. O estabelecimento de ANS, também pode pontuar a relação entre a área de TIC e seus clientes internos.

5.1.8 Dar efetividade à atuação da Comissão Permanente de Acompanhamento de Projetos de TIC, do TRT da 23ª Região

A criação de uma Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos da Área de TIC demonstra a maturidade alcançada pelo TRT da 23ª Região, na adoção da tecnologia da informação e das comunicações, para aperfeiçoar a sua gestão. Para dar mais efetividade à sua atuação, porém é necessário, redefinir e estabelecer a mesma como a única gestora da política de Tecnologia da Informação e das Comunicações, no âmbito do TRT da 23ª Região e suas deliberações serem materializadas em normas, portarias e resoluções.

5.1.9 Aperfeiçoar a gestão de TIC, com a adoção da gestão de processos através das melhores práticas em ITIL

Implantar os processos de gerenciamento de Serviços de TI de acordo com as melhores práticas reunidas em uma biblioteca de documentos, criada pelo Governo da Inglaterra, a *information technology infrastructure library* – ITIL, que atualmente é a abordagem mais utilizada para tal finalidade. Para tanto é importante estabelecer que o ITIL foi criado com vistas a garantir duas vertentes distintas, que geralmente são tratadas de maneira dissociada: o alinhamento estratégico e a excelência operacional em serviços. De um lado, o alinhamento garante que todo o esforço e recursos existentes em TI sejam alocados em atividades que efetivamente sejam aderentes aos objetivos estratégicos e metas estabelecidas pela organização. Já a excelência em serviços implica a adoção de padrões internacionais de garantia de qualidade em quaisquer produtos e serviços sob responsabilidade da unidade de TIC das organizações. Desnecessário dizer que os serviços de TIC atualmente possuem demandas internas e externas que implicam na necessidade de manutenção dos serviços em tempo integral (24 horas/dia). Inicialmente os processos de gerenciamento de configuração e mudança e a função da central de serviços foram considerados os primeiros passos para a implantação desta abordagem. Os demais processos (que serão implantados em seqüência) são definidos da seguinte maneira:

- Gerenciamento de configuração, mudança e de liberação;
- Gerenciamento de incidentes, problemas e central de serviços;
- Gerenciamento do nível de serviço;
- Gerenciamento de capacidade, disponibilidade e continuidade;
- Gerenciamento financeiro;
- Gerenciamento de relacionamento.

5.1.10 Promover o ajuste anual do PDTIC, em conformidade às políticas nacionais e estratégias institucionais

A formuladora da política de Gestão de TIC, no âmbito da Justiça do Trabalho é a CAPI-JT, e para dar conformidade a este PDTIC, e também o seu alinhamento ao Planejamento Estratégico do TRT da 23ª Região, o mesmo deverá ser ajustado anualmente pela Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na Área de Tecnologia da Informação.

5.1.11 Dotar o Complexo-Sede e as VT do Interior de Redes Sem-Fio

O Tribunal distribuiu em março deste ano, um notebook novo para cada magistrado da Justiça do Trabalho, e também um usado para cada Oficial de Justiça, que demonstrou interesse. A utilização plena destes equipamentos dotados de acesso sem-fio, somente será possível quando todas as instalações da Justiça do Trabalho da 23ª Região estiverem dotadas de redes sem-fio.

5.1.12 Participar dos Comitês Setoriais, que compõem o Modelo de Gestão Corporativa de TIC da JT

Atualmente o TRT da 23ª Região, participa como membro efetivo do Grupo de Trabalho do Portal da Justiça do Trabalho, e como colaborador no Grupo de Trabalho de Infra-Estrutura. Com a aprovação do novo modelo de gestão, serão formados os Comitês Setoriais. Participar dos Comitês propicia ao Tribunal atuar na formulação das políticas setoriais de aplicação da Tecnologia da Informação e das Comunicações no âmbito da Justiça do Trabalho.

5.1.13 Adotar tecnologia RFID (etiquetas inteligentes)

RFID é um acrônimo do nome (*Radio-Frequency IDentification*) em inglês que, em português, significa Identificação por Rádio Frequência. Trata-se de um método de identificação automática através de sinais de rádio, recuperando e armazenando dados remotamente através de dispositivos chamados de *tags* RFID.

Uma tag RFID é um pequeno objeto, que pode ser colocado em uma pessoa, animal ou produto. Ele contém chips de silício e antenas que lhe permitem responder aos sinais de rádio enviados por uma base transmissora.

Em estimativa feita pela empresa Gartner, especialista em análise de informações na área de tecnologia foi previsto para que no ano de 2010 a tecnologia de RFID tenha investimentos de mais de 3 bilhões de dólares. A adoção da tecnologia RFID continua a crescer, e os gastos em hardware e software irão aumentar no final de 2006 e 2007 já que os benefícios reais estão sendo verificados, segundo a empresa.

Esta tecnologia poderia ser adotada pelo Tribunal, para: identificação dos processos judiciais e administrativos, acervo bibliográfico e bens patrimoniais; possibilitando leitura e rastreamento dos mesmos.

5.1.14 Prover acesso a internet móvel

Esta sugestão visa proporcionar meios para aumentar a produtividade, e também otimizar a utilização de equipamentos móveis.

5.1.15 Adotar modelos de acessibilidade e usabilidade

Os sítios e portais Internet representam as instituições no ambiente virtual. Adotar modelos de acessibilidade para que não haja exclusão de portadores de necessidades especiais e garantir critérios básicos de organização das informações (usabilidade) constituem pilares essenciais para que a comunicação institucional seja efetiva, entre membros de comunidades colaborativas de trabalho, servidores da justiça, magistrados, jurisdicionados e a sociedade em geral.

Garantir que o acesso à informação disponível no portal do TRT 23a Região não se resume publicar a informação. Trata-se, sobretudo de seguir normas de acessibilidade definidos por institutos como o "Acessibilidade Brasil" em conformidade com normas internacionais, como o WCAG (Web Content Accessibility Guidelines) e o E-MAG (Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico) bem como criar interfaces baseadas não apenas em informação, mas também nas funções e serviços que o usuário poderá acessar - usabilidade. Essa segunda perspectiva refere-se à necessidade de construir os portais de maneira a facilitar o acesso à informação de maneira simples, direta e com menos possibilidade de não encontrar a informação ou serviço desejado. A metodologia proposta para esta iniciativa, em conformidade com a proposta pelo CJST através do grupo de trabalho do portal, com representantes da 23a Região, baseia-se na arquitetura da informação.

Alguns fatores demonstram a necessidade de redesenho dos portais à luz da arquitetura da informação:

Índices de sucesso ao encontrar informações desejadas gira em torno de 50% (média mundial);

A interface dos portais e sítios Internet deve equilibrar mecanismos sistemas de informações web e lay-out baseados em informações. Em outras palavras é necessário redesenhar os portais para que seja possível acesso a informações e serviços de maneira equilibrada;

Grande volume de informações que devem ser publicadas diariamente no portal ou sítio Internet demanda uma metodologia específica de governança do portal bem como de manutenção da organização do conteúdo apresentado.

A arquitetura da informação representa, portanto, a disciplina utilizada para redesenho de processos e interfaces relacionados às necessidades de produção, utilização, e publicação de informações por parte do Tribunal. De maneira direta, em conformidade com as iniciativas do CSJT, a arquitetura da informação representa o referencial metodológico adotado como modelo para redesenho de processos de produção e publicação de conteúdo bem como das interfaces do portal corporativo do TRT 23a região objetivando garantia de melhores condições de acessibilidade e usabilidade.

5.1.16 Promover a sustentabilidade para utilização dos recursos tecnológicos

Em complemento às informações produzidas pelo processo de gerenciamento financeiro será possível traçar estratégias de sustentabilidade para plena manutenção e evolução dos serviços de TIC. Sobre o tema, recentes pesquisas realizadas no Brasil demonstram a consolidação de orçamentos em TIC estimados em 5,5% do orçamento bruto das organizações. Além disso, a falta de metodologias mais apuradas para definir quanto custa cada serviço de TIC proporciona a falta de indicadores precisos para apoiar a tomada de decisão. Alguns índices consolidados apontam para o custo anual de U\$ 8.700, 00 para cada microcomputador nas empresas brasileiras. Tal índice reforça a necessidade de aperfeiçoamento de controle dos custos e benefícios associados em uma perspectiva baseada em serviços e não em microcomputadores, por exemplo, para garantir um modelo de gestão dos recursos de TIC mais alinhado às estratégias organizacionais, e como consequência, menos susceptível a questões de ordem política ou estratégica que poderiam ensejar riscos à disponibilidade e continuidade de serviços essenciais, em detrimento de iniciativas de menor importância estratégica. Em resumo, deve-se estabelecer um conjunto de iniciativas para garantir maior qualidade de informações referentes aos custos e benefícios dos serviços de TI mantidos por esta DTI para que o modelo de sustentabilidade futuro seja baseado em critérios mais objetivos e aderentes à estratégia organizacional.

5.1.17 Implantar metodologia de indicadores de TI

Atualmente o ambiente de TIC das organizações é bastante complexo e representa a estrutura de armazenamento, comunicações, segurança e publicação de informações relevantes. A importância de tal condição tem sido manifestada, nas organizações públicas federais, pela recente criação de estrutura de fiscalização externa especializada em TI no Tribunal de Contas da União. Criar mecanismos para que procedimentos, sistemas e rotinas possam ser auditadas e corrigidas de maneira prévia, e como parte de uma iniciativa constante de gestão por indicadores, constitui o objeto desta proposta. Como metodologia de apoio a essa importante área da governança de TI recomenda-se a utilização do COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology), metodologia utilizada amplamente em iniciativas de estabelecer e melhorar a qualidade de controles relacionados e auditoria e governança de TI.

5.1.18 Disseminar a utilização de certificação digital

Certificação Digital é um processo de identificação eletrônica segura de pessoas e computadores, através de uma cadeia de confiança, que começa em uma instituição chamada Autoridade Certificadora Raiz (do inglês Root Certification Authority, ou CA-Root) e é repassada às Autoridades Certificadoras Subordinadas até chegar ao portador do Certificado Digital.

O Certificado Digital pode ser utilizado para assinar digitalmente documentos, mensagens de correio eletrônico e qualquer outro conteúdo digital que tenha suporte a esta tecnologia, garantindo assim a identidade do remetente, a integridade das informações e o não-repúdio da autoria ou do teor das mesmas.

Como proposta de uso dessa tecnologia em nosso Regional, sugerimos seu uso para:

- Criptografia e assinatura de mensagens de correio eletrônico;
- Assinatura eletrônica de acórdãos, despachos e outros documentos que compõem o processo;
- Criptografia de comunicações em tempo real;
- Assinatura digital de programas aplicativos.

5.1.19 Disseminar o uso de ferramentas de Business Intelligence

Em 2007 foram adquiridas 8 (oito) licenças da ferramenta Business Objects Web Intelligence. Tal aquisição proporcionou a DTI a infra-estrutura tecnológica mínima para a criação de um DataWarehouse Corporativo, cuja finalidade é amparar os tomadores de decisão com informações precisas e atualizadas dos diversos setores do Tribunal, especialmente os setores com demandas de relatórios gerenciais.

Os sistemas convencionais de informática não são projetados para gerar e armazenar as informações estratégicas, o que torna os dados vagos e sem valor para o apoio ao processo de tomada de decisões das organizações. Estas decisões normalmente são tomadas com base na experiência dos administradores, quando poderiam também ser baseadas em fatos históricos que foram armazenados pelos diversos sistemas de informação utilizados pelas organizações.

Já que os sistemas não podem ser modificados ou desenvolvidos na mesma velocidade da dinâmica dos negócios nas organizações, os usuários abrem mão de artifícios para obter dados que atendam suas necessidades. A conciliação dessas situações requer um planejamento estratégico de acesso às informações que é pautado pelas regras de BI (aqui didaticamente representado por um Datawarehouse). Dessa forma, uma camada da plataforma de BI pode atuar como integrador ou concentrador de sistemas complexos enquanto outra camada se encarrega de juntar essas informações de uma forma única para cada usuário.

5.1.20 Instalar painéis de LCD, para divulgar andamento da pauta de Julgamento

Para melhorar a comunicação, sobre o andamento das pautas de julgamento do Tribunal Pleno, Turmas e Varas do Trabalho; deverão ser instaladas Tv's de LCD, nas salas de espera das Varas e no saguão dos Plenários.

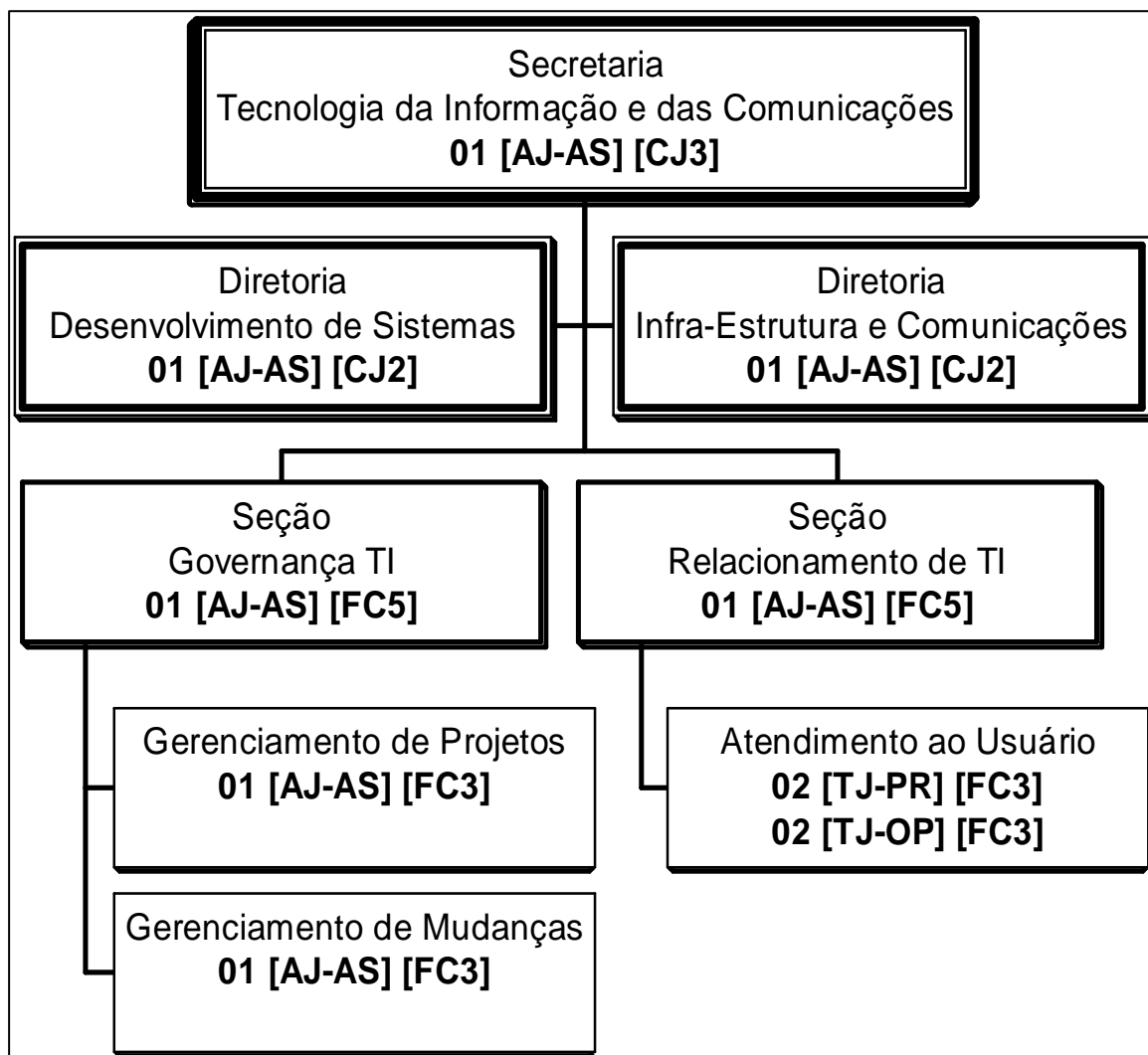
5.2 Estrutura Proposta e Recursos Necessários

Em seguida apresentamos a estrutura organizacional proposta, bem como os recursos necessários para que, os objetivos deste plano sejam atingidos.

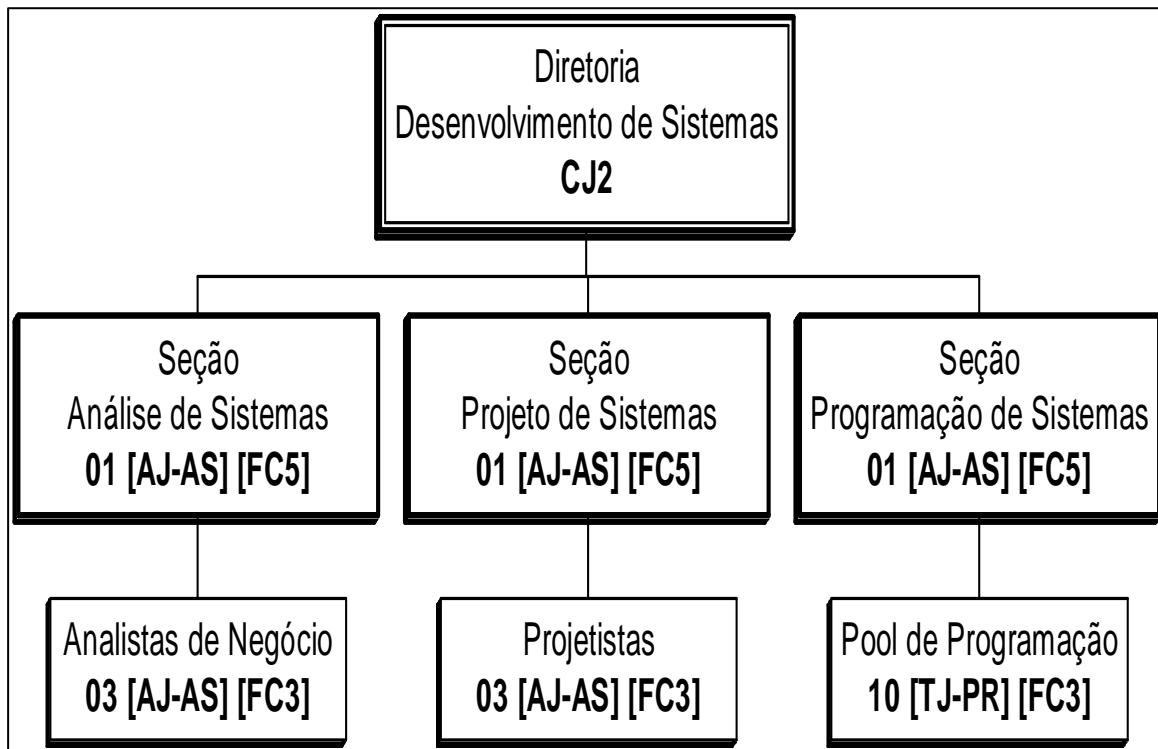
Atualmente a relação entre o número de técnicos de TI (lotados na DTI) e o número de clientes internos do TRT (magistrados, servidores e estagiários) é de 3,4 por 100. De uma maneira geral este número deve variar entre 5 e 7 por 100. Para que a DTI possa cumprir com mais eficiência a sua missão, e desempenhar melhor seus macro processos, é necessário uma completa reestruturação. Para tanto foi encaminhado aos membros da comissão para proceder estudos acerca da necessidade de cargos e funções comissionadas para as unidades administrativas deste Tribunal, instituída pela Portaria TRT/DG nº 245/2008, projeto com esta finalidade. A referida proposta poderá ser viabilizada com a aprovação do PLC2334/2003. As justificativas encontram-se no projeto de reestruturação.

5.2.1 Estrutura Proposta

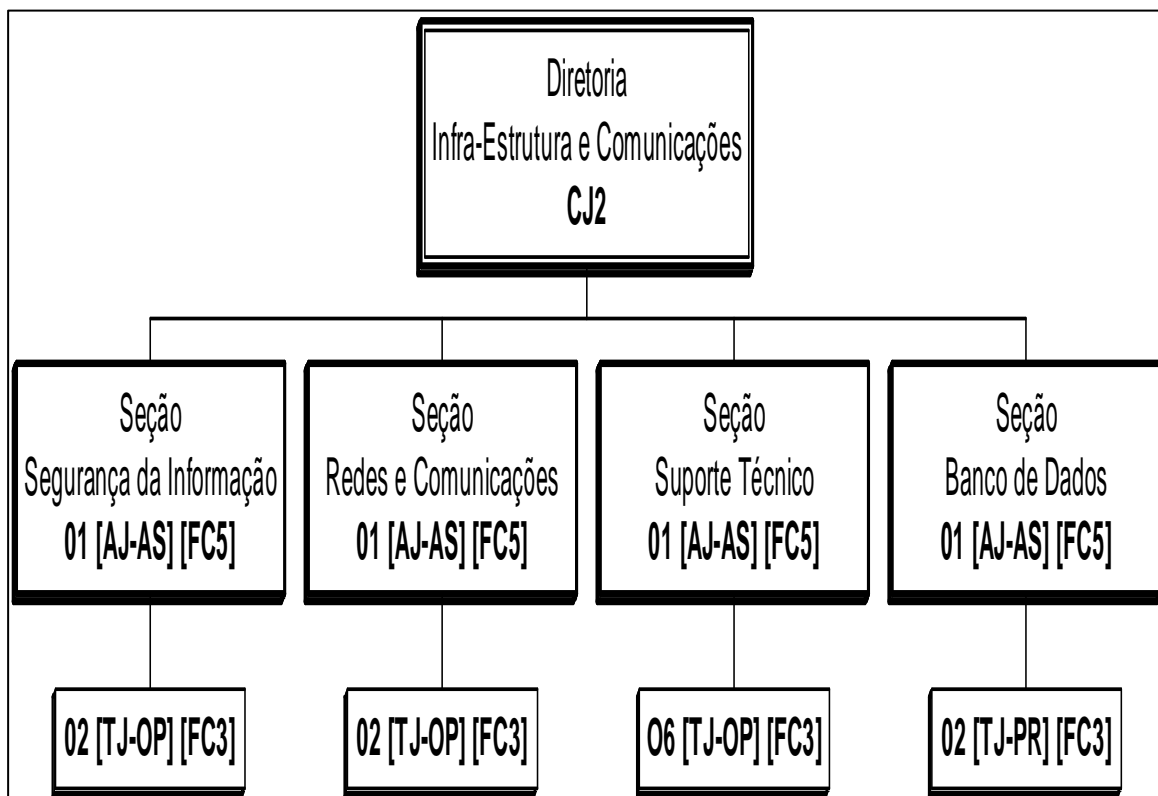
5.2.1.1 Secretaria de Tecnologia da Informação e das Comunicações



5.2.1.2 Diretoria de Desenvolvimento de Sistemas



5.2.1.3 Diretoria de Infra-Estrutura e Comunicações



5.2.2 Recursos Humanos (Cargos Efetivos, Cargos em Comissão e Funções Comissionadas)

5.2.2.1 Quantidade Total de Cargos Efetivos Especializados Necessários

Cargos	Analista Judiciário (Análise de Sistemas)	Técnico Judiciário (Programação)	Técnico Judiciário (Operação)	Total
Proposta	20	14	12	46
Existentes ¹	11	10	11	32
Necessários ²	9	4	01	14
PLC2334/2003 ³	9	14		23

5.2.2.2 Quantidade Total de Cargos em Comissão Necessários

Cargos	CJ3	CJ2	Total
Proposta	01	02	03
Existentes ¹	01	00	01
Necessários ²	00	02	02
PLC2334/2003 ³	02	01	03

5.2.2.3 Quantidade Total de Funções Comissionadas Necessárias

Cargos	FC5	FC3	Total
Proposta	09	34	43
Existentes ¹	05	09	13
Necessários ²	04	25	29
PLC2334/2003 ³	04	28	32

5.2.3 Capacitação do Quadro Técnico Especializado

A área de TIC apesar de ser relativamente nova, é uma das áreas do conhecimento humano que evoluem mais rapidamente. Para assegurar a qualificação do corpo técnico para dar continuidade e a efetividade das operações da área de TIC é necessário, reciclar conhecimentos e agregar constantemente novas competências e habilidades.

5.2.4 Recursos Materiais (Hardware, Software)

Para assegurar a continuidade e a efetividade das operações da área de TIC é necessário, incrementar e renovar, anualmente em torno de 25% do parque computacional, além de licenciar e/ou renovar as versões dos softwares básicos, utilizados.

¹ **Existentes** = Cargos efetivos (independente de lotação na DTI), cargo em comissão e funções comissionadas existentes;

² **Necessários** = Cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas necessários para complementar os existentes, de acordo com a proposta;

³ **PLC2334/2003** = Cargos efetivos, cargos em comissão e funções previstos no Projeto de Lei da Câmara 2334/2003.

6 Principais Resultados e Benefícios Esperados

O PDTIC proporciona ao TRT 23ª Região, coordenadas sobre o futuro da tecnologia da informação; de ferramentas básicas para a tomada de decisão, abordagem sistêmica, possibilitando a verificação de compatibilidade e alinhamento com as estratégias da instituição; visualização e análise de tendências, proporcionando dados e informação para novos projetos e investimentos.

Afeta também as pessoas porque proporciona um planejamento de seu desenvolvimento profissional com treinamento em informática, mentalidade de participação e colaboração, funcionando também como instrumento de divulgação de tecnologia, seus avanços e benefícios.

Fica evidenciado que o PDTIC tem o envolvimento da organização como um todo a partir do Plano de Metas estabelecido no Planejamento Estratégico.

A área de Tecnologia da Informação proporciona condições para um suporte sistêmico que dê viabilidade aos novos tipos e volumes de informação, às novas tendências, aos novos serviços e principalmente aos novos prazos.

O Planejamento Estratégico Institucional do TRT 23ª Região, na dimensão da Perspectiva de Aprendizado & Crescimento, destaca um importantíssimo objetivo estratégico: Melhorar Continuamente os Recursos Tecnológicos (vide Mapa Estratégico); que atende a premissa básica de desenvolvimento do PDTIC de forma a atender os objetivos e estratégias institucionais.

O desenvolvimento das atividades previstas no PDTIC proporciona consideráveis benefícios organizacionais: aumento do índice de satisfação dos clientes internos e externos; racionalização e padronização de processos e procedimentos; melhoria da qualidade de vida dos servidores e magistrados, por meio da diminuição de tarefas e retrabalho; melhoria dos serviços prestados e melhoria do relacionamento com os clientes externos.

7 Fatores Críticos de Sucesso

O TRT da 23ª Região, sempre foi um Tribunal bastante aderente e bastante evoluído na área de TIC, e a maioria das gestões elaborou um Plano Diretor de Informática. Contudo estes planos atingiram parcialmente os seus objetivos, principalmente no tocante a dotação orçamentária destinada à área e no tocante a estrutura organizacional, prevista.

Os principais fatores críticos de sucesso deste plano são o não atendimento das sugestões: 7.1.1 Dotar a área de TIC, de estrutura adequada e 7.1.2 Estabelecer percentual mínimo do orçamento do TRT, a ser destinado à área de TIC.

Esta avaliação é decorrente da análise de situações pretéritas (planos anteriores como já citado), e da dependência direta das demais sugestões à concretização destas.

8 ANEXOS

8.1 Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na Área de Tecnologia da Informação

PORTARIA TRT SGP GP N. 519/2007

Designa novos membros para constituírem a Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos da PORTARIA TRT SGP GP N. 635/2006, que criou a Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação e nomeou seus membros;

Considerando a nova estrutura do Tribunal, e a necessidade de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, para o biênio 2007-2009;

Considerando a necessidade de planejamento das ações na área de Tecnologia da Informação, bem como da elaboração da proposta orçamentária para a mesma;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar novos membros para comporem a Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação, em substituição aos nomeados pela PORTARIA TRT SGP GP N. 635/2006,

Art. 2º - Ficam designados para compor a referida comissão, os seguintes membros:

- DR. OSMAIR COUTO - Desembargador Vice-Presidente (Coordenador)
- DRA. ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA - Juíza Titular da 5ª VT de Cuiabá-MT
- SIMONEI LUIZ TEIXEIRA SIMIONI - Diretor-Geral
- SUELI ASTOLFO - Secretária-Geral da Presidência
- ADALBERTO HENRIQUE SÉ BALÃO - Diretor de Tecnologia da Informação
- JOSÉ SILVA BARBOSA - Assessor de Planejamento e Gestão

Art. 3º - A Comissão ora constituída terá as seguintes atribuições:

- I. Elaborar o Plano Diretor de Informática para o biênio 2007-2009;
- II. Supervisionar a execução dos projetos relacionados ao Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho, no âmbito deste Tribunal;

- III. Elaborar a proposta orçamentária;
- IV. Emitir parecer em todas as iniciativas voltadas para as ações na área de Tecnologia da Informação, tais como:
 - a. Aquisição e distribuição de equipamentos e sistemas (hardware e software);
 - b. Contratação de serviços, inclusive de consultoria;
 - c. Definição e/ou alteração da estrutura da unidade responsável pela área;
- V. Divulgar as informações relativas às atividades e deliberações adotadas no âmbito da comissão.

Art. 4º - A comissão ora constituída deverá apresentar, a cada trimestre, relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se no DJE.

Cuiabá-MT, 21 de setembro de 2007(sexta-feira).

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE SOUZA
Desembargador-Presidente

Publicado DJE – 24.09.2007(segunda-feira)

8.2 Plano de Gestão DTI 2007-2009 (Atualizado até 04/2008)

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
<p>Resumo da Proposta de Gestão da Unidade: Atuar dentro da sua área de competência, de forma integrada e sinérgica com as demais unidades organizacionais e unidades internas, e de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Gestão do TRT, garantindo o suporte tecnológico necessário para a melhoria da prestação jurisdicional e do atendimento aos usuários externos e internos, através de políticas e ações de curto, médio e longo prazo.</p>			
Objetivo	Estratégias Relacionadas (Plano de Gestão – TRT 23 ^a)	O que será feito	Metas
<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o processo de comunicação interna e externa da DTI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as atividades desenvolvidas pelo TRT 23 Região, para fortalecimento da imagem institucional. • Aumentar e melhorar o acesso às informações processuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de áreas de divulgação nas atuais estruturas do website institucional e intranet destinada a promover melhorias na comunicação institucional interna e externa. • Fortalecimento da web como canal de comunicação institucional. • Implantação de ambiente de colaboração. • Implantação de ambiente de gerenciamento de projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar até 12/2009, ferramentas WEB 2.0 (Webcast, Blogs, Second Life, Google, personagens eletrônicos e intranet colaborativa) e outros instrumentos de comunicação corporativa. • Implantar até 12/2009, política efetiva de planejamento estratégico de mensuração web. • Implantar até 12/2009, portal corporativo. • Implantar até 12/2007, ferramenta de colaboração, na DTI e na Assessoria de Planejamento e Gestão. (Realizada) • Implantar até 12/2007, ferramenta de gerenciamento de projetos, na DTI e na Assessoria de Planejamento e Gestão. (Realizada) • Implantar até 12/2009, ferramenta de colaboração em todo o TRT (Em andamento) • Implantar até 12/2009, ferramenta de gerenciamento de projetos, em todo o TRT.
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar equipamentos e suporte técnico para a ampliação das atividades desenvolvidas nas Varas da Cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e apoiar as atividades desenvolvidas nas Varas da Cidadania (inclusão digital). 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de equipamentos, considerados obsoletos e passíveis de doação para a ampliação das atividades. • Oferecer suporte técnico para garantia das atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar anualmente, equipamentos passíveis de doação, para a ampliação das atividades. • Acionar em até 24h após solicitação, assistência técnica para reparo de equipamentos em garantia. (Realizada) • Efetuar reparo de equipamentos fora de garantia em até 72 h, após a solicitação.
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar o sistema informatizado 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a atuação da Ouvidoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento das ferramentas de apoio à atuação da ouvidoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar até 12/2007, mecanismos que permitam melhorar o controle do status de solicitações registradas bem como sua relação com novos projetos e o próprio planejamento

<p>da Ouvidoria e disponibilizar site de colaboração.</p>			<p>de ações do Tribunal. (Realizada)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar até 06/2008, site de colaboração para a Ouvidoria.
<ul style="list-style-type: none"> • Criar indicadores que permitam avaliar a satisfação dos usuários internos e externos em relação aos serviços prestados pela DTI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar indicadores de satisfação dos serviços da Justiça do Trabalho da 23ª Região, por meio de pesquisas com os usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de indicadores que permitam aferir o grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pela DTI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar até 12/2007, conjunto de indicadores de gestão e de satisfação dos usuários internos e externos. (Realizado) • Criar até 12/2007, conjunto de indicadores de gestão e satisfação dos servidores da DTI. (Em estudo)
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a satisfação dos usuários internos e externos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover campanha de melhoria contínua nos processos de atendimento aos usuários de 1ª e 2ª instâncias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Seção de Relacionamento de TI e da Central de Serviços. • Disponibilização de novos canais de atendimento e ampliação e/ou aperfeiçoamento dos atuais (site do TRT/Intranet/Telefones). • Aplicação de questionários periódicos de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pela DTI. • Visitas técnicas às VT do interior. • Visitas técnicas às unidades judiciárias e administrativas do complexo-sede da Capital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar a partir de 20/08/2007, a Seção de Relacionamento e Governança de TI, vinculada diretamente ao diretor da DTI. (Criada pela RA 115/2007) • Criar a partir de 20/08/2007, e estruturar até 12/2007, a Central de Serviços (HELP-DESK), vinculada diretamente ao chefe da Seção de Relacionamento e Governança de TI, que concentrará todo o atendimento aos usuários. (Criada pela RA 115/2007) • Desenvolver até 07/2008, novo sistema informatizado de atendimento ao usuário (SOS). • Disponibilizar semestralmente no site do TRT e na intranet, pesquisa de satisfação dos usuários internos e externos, em relação aos serviços prestados pela DTI. (Pesquisa em elaboração) • Realizar visitas semestrais a todas as VT do interior. • Realizar visitas periódicas a todas as unidades judiciárias e administrativas do complexo-sede da Capital. (Em andamento) • Criar até 12/2007 na intranet, grupos de discussão de usuários dos sistemas judiciários de 1ª e 2ª instâncias. (Criada lista de discussão para SJ de 1ª Instância em 25/09) • Divulgar semestralmente nos canais disponíveis, os indicadores de satisfação e gestão da DTI. • Ampliar até 12/2007, a oferta de treinamentos na

			utilização dos sistemas desenvolvidos, usando recursos de e-learning. (Ambiente de e-Learning em implantação para testes. Necessário servidor, específico que será fornecido pelo CSJT ou adquirido pelo TRT)
<ul style="list-style-type: none"> Utilizar tecnologia <i>wireless</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar apoio logístico e operacional à realização das Varas Itinerantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Dotar todas as VT do interior de <i>notebooks</i>, com suporte a tecnologia <i>wireless</i> e acesso móvel a internet. Adequar sistemas de apoio (DAP1ª Instância/AUD). 	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir/Substituir até 12/2008, os <i>notebooks</i> de todas as VT do interior. (Foi distribuído em 07/04/08, 01 notebook novo com acesso wireless para cada magistrado do TRT da 23ª) Adaptar até 03/2008, os sistemas de apoio.
<ul style="list-style-type: none"> Otimizar o tempo de resposta das demandas e melhorar a qualidade dos produtos e serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover campanha de melhoria contínua nos processos de atendimento aos usuários de 1ª e 2ª instâncias. Aumentar e melhorar o acesso às informações processuais. Oferecer condições para que as Varas do Trabalho possam desempenhar suas atividades com segurança, celeridade e qualidade. Constituir a “Comissão de Gestão dos Sistemas de Informação”, para gerir os processos de desenvolvimento, implantação e utilização dos sistemas de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o grau de efetividade das soluções disponibilizadas. Constituição de Subcomissão Permanente de Gestão de Sistemas Informatizados de 1ª e 2ª Instâncias, vinculada à Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> Mapear e corrigir até 12/2007, os principais problemas detectados no sistema DAP 1ª Instância. (Principais problemas detectados e mapeados. Cronograma de execução elaborado e em andamento) Mapear e corrigir até 12/2007, os principais problemas detectados no sistema DAP 2ª Instância. (Principais problemas detectados e mapeados. Cronograma de execução elaborado e em andamento) Constituir a partir de 20/08/2007 a Subcomissão Permanente de Gestão de Sistemas Informatizados de 1ª e 2ª Instâncias, vinculada à Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação. (Criada pela PORTARIA TRT SGP GP N. 520/2007 de 21/09/07 e publicada no DJE de 24/09/07) Criar a partir de 20/08/2007, e estruturar até 12/2007, o Setor de Gerenciamento de Mudanças e Padronização, vinculado diretamente ao chefe da Seção de Relacionamento e Governança de TI, que estabelecerá padrões e metodologia para o desenvolvimento de novas soluções. (Criado pela RA 115/2007) Criar a partir de 20/08/2007, e estruturar até 12/2007, a Central de Serviços (HELP-DESK), vinculada diretamente ao chefe da Seção de Relacionamento e Governança de TI, que concentrará todo o atendimento aos usuários. (Criada pela RA 115/2007)
<ul style="list-style-type: none"> Aprimorar a relação custo-benefício de produtos e serviços. 		<ul style="list-style-type: none"> Consolidar a implantação da infra-estrutura de banco de dados e redes disponibilizadas pelo Projeto de Informatização da Justiça do Trabalho – CSJT. Padronizar ferramentas e metodologia de desenvolvimento de sistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminar até 12/2008, a dependência de todas as aplicações em relação à plataforma de banco de dados Sybase, e adotar a plataforma de infra-estrutura de banco de dados disponibilizada pela ASTIC-CSJT (Oracle). Adotar até 12/2008, todas as ferramentas de desenvolvimento padronizadas pela ASTIC-CSJT.

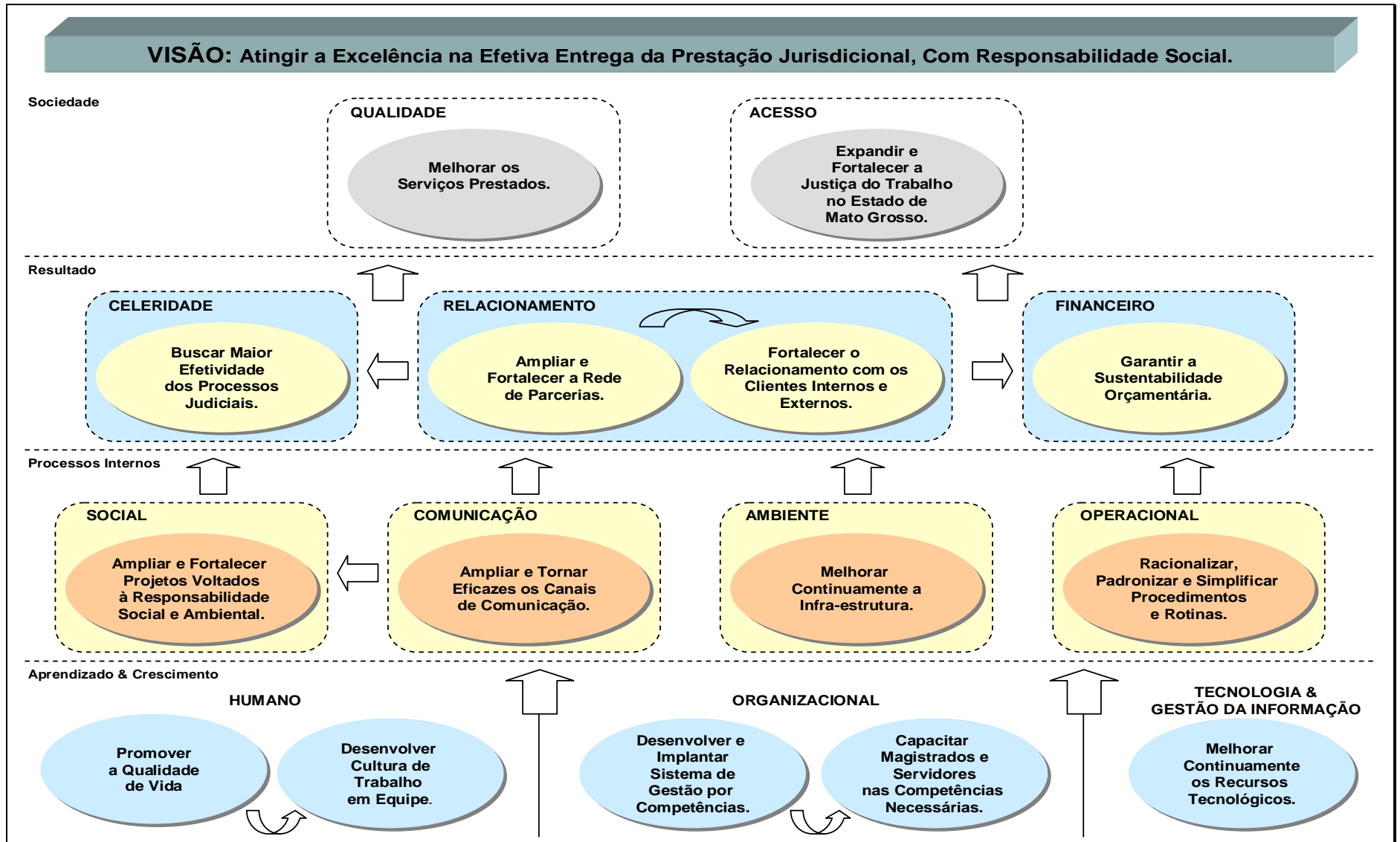
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o uso e a efetividade das soluções de TI para a área judiciária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar e melhorar o acesso às informações processuais. • Oferecer condições para que as Varas do Trabalho possam desempenhar suas atividades com segurança, celeridade e qualidade. • Implantar práticas e procedimentos bem sucedidos em outros órgãos do judiciário. • Sistematizar o acompanhamento da fase de execução processual. • Melhorar e apoiar os procedimentos de praça e leilão judicial. • Estudar e implantar práticas de redução do tempo médio de cada fase processual. • Dar apoio aos magistrados para a realização de suas atividades. • Ampliar a aplicação de ferramentas tecnológicas para apoio à prestação jurisdicional. • Utilizar o modelo referencial de Vara do Trabalho, para implantação e teste de novas práticas. • Otimizar a construção e a publicidade das peças processuais. • Melhorar os procedimentos internos de forma a evitar retrabalho. • Melhorar o acesso aos usuários. • Priorizar o desenvolvimento de soluções para a área judiciária. • Apoiar e incentivar as ações relacionadas à inovação tecnológica. • Instituir a utilização de ferramentas de mineração de dados, para exploração dos dados contidos nas bases de dados existentes, de forma a suportar os levantamentos estatísticos e decisões estratégicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos WEB. • Disponibilização de novos serviços na internet. • Adequações e melhorias nos sistemas e aplicativos existentes. • Consolidação da implantação dos sistemas componentes do Projeto de Informatização da Justiça do Trabalho (AUD, e-JUS, e-DOC, Carta Precatória Eletrônica). • Melhorar o grau de efetividade das soluções disponibilizadas. • Constituição de Subcomissão Permanente de Gestão de Sistemas Informatizados de 1ª e 2ª Instâncias, vinculada à Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear e corrigir até 12/2007, os principais problemas detectados no sistema DAP 1ª Instância. (Principais problemas detectados e mapeados. Cronograma de execução elaborado e em andamento) • Mapear e corrigir até 12/2007, os principais problemas detectados no sistema DAP 2ª Instância. (Principais problemas detectados e mapeados. Cronograma de execução elaborado e em andamento) • Constituir a partir de 20/08/2007 a Subcomissão Permanente de Gestão de Sistemas Informatizados de 1ª e 2ª Instâncias, vinculada à Comissão Permanente para Acompanhamento de Projetos na área de Tecnologia da Informação. (Criada pela PORTARIA TRT SGP GP N. 520/2007 de 21/09/07 e publicada no DJE de 24/09/07) • .Alocar permanentemente 04 estagiários em Ciência da Computação, na Seção de Sistemas Judiciários. (Foram alocados 09 estagiários. A DTI possuía 06 vagas, sendo que 02 estavam alocadas na Seção de Suporte Técnico e 04 na Seção de Sistemas Judiciários. Em 03/2008 foram disponibilizadas mais 04 para a DTI, totalizando 10 vagas, sendo que 09 foram alocadas na área de desenvolvimento) • Desenvolver e implantar até 12/2009, o Sistema Unificado de Administração de Processos Judiciários. (Esta meta deverá ser retirada, em função da contratação do SERPRO, em 12/007, para o desenvolvimento do SUAP, cuja implantação também deverá ocorrer até 12/2009) • Consolidar até 12/2007, a implantação dos sistemas componentes do Projeto de Informatização da Justiça do Trabalho (AUD, e-JUS, e-DOC, Carta Precatória Eletrônica, Cálculo Rápido). (Realizada) • Desenvolver e implantar até 12/2009, sites de colaboração, para magistrados e advogados.
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o uso e a efetividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar o acompanhamento da execução orçamentária e da aplicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do uso e da efetividade das soluções de TI para a área administrativa, 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar até 05/2008, site de colaboração para acompanhamento da execução orçamentária e da aplicação

<p>das soluções de TI para a área administrativa.</p>	<p>dos recursos, disponibilizando as informações de forma clara, simples e objetiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a utilização de sistemas administrativos estratégicos. • Aprimorar a estrutura de apoio ao processo de gestão de pessoas. • Apoiar a Escola Judicial do TRT 23ª Região, na realização de todos os seus projetos. • Instituir a utilização de ferramentas de mineração de dados, para exploração dos dados contidos nas bases de dados existentes, de forma a suportar os levantamentos estatísticos e decisões estratégicas. • Consolidar os projetos de disponibilização eletrônica de informações e documentos. 	<p>através do desenvolvimento de novos sistemas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequações e melhorias nos sistemas e aplicativos existentes. 	<p>dos recursos, disponibilizando as informações de forma clara, simples e objetiva, e com acesso restrito.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar até 12/2009, processo administrativo virtual. • Implantar e capacitar até 07/2008, 03 usuários de cada unidade administrativa na utilização da ferramenta Business Object. • Desenvolver e implantar até 12/2008, sistema informatizado de solicitações de serviço (limpeza, manutenção predial, manutenção de frota, manutenção de equipamentos informática, etc.). • Elaborar até 12/2007, em conjunto com a DPL, projeto básico de contratação de sistema de gestão de frota. (Foi feita consulta a todos os TRT's, sobre sistemas existentes, sendo que nenhum possui sistema, a DPL foi orientada a verificar no mercado possível alternativas, para serem analisadas em conjunto.) • Melhorar e aperfeiçoar até 12/2009, os sistemas e aplicativos existentes.
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, mapear e modelar os principais processos de trabalho da DTI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar as atividades de mapeamento e racionalização dos processos internos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação, modelagem e mapeamento dos processos internos da DTI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, modelar e mapear todos os processos internos da DTI, até 07/2008.
<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o processo de planejamento da DTI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. • Planejar a expansão e utilização dos recursos tecnológicos. • Instituir um planejamento das necessidades de recursos materiais e de serviços das unidades, propiciando sistematização e agilidade na execução orçamentária. • Melhorar e apoiar os procedimentos de aquisição de bens patrimoniais e de consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o Biênio 2007-2009. • Elaborado o Plano Estratégico da DTI, para o quinquênio 2007-2011. • Atuação em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Gestão da Secretaria-Geral da Presidência. • Atuação em conjunto com a Comissão Permanente de Acompanhamento de Projetos da Área de Tecnologia da Informação. • Definição e implantação de plano anual de aquisição de material permanente e de consumo. • Criação da Seção de Relacionamento e Governança de TI. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar até 31/12/2007, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para o Biênio 2007-2011. (Em andamento) • Elaborar até 31/12/2007, o Plano Estratégico da DTI para o quinquênio 2007-2011. (Não iniciado) • Elaborar e definir até maio de cada exercício, o plano de aquisição de material permanente e de consumo para o exercício posterior. (POP2009-DTI encaminhada à DOF em 01/04) • Elaborar até setembro de cada exercício (com base no plano de aquisição de material permanente e de consumo para o exercício posterior), projetos básicos visando à licitação, para eventual aquisição (registro de preços) dos referidos materiais permanentes e de consumo. • Criar a partir de 20/08/2007, a Seção de Relacionamento e Governança de TI, que terá entre suas atribuições o

			acompanhamento em conjunto com o Diretor, de todos os projetos e metas, que estão sendo desenvolvidos e executados pela DTI. (Criada pela RA 115/2007) <ul style="list-style-type: none"> • Substituir anualmente 25% do parque computacional. (Substituído 8.4% em 2007)
<ul style="list-style-type: none"> • Promover o intercâmbio de informações, conhecimentos e metodologias de trabalho com unidades do TRT e outros órgãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar parcerias com outros órgãos para a realização de treinamentos e seminários; • Realizar intercâmbios com outros órgãos do judiciário, para a troca de conhecimento e adoção de novas soluções. • Implantar práticas e procedimentos bem sucedidos em outros órgãos do judiciário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa em todas as Plenárias de Diretores de Tecnologia da Informação, promovidas pela Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (ATIC-CSJT). • Ampliação da participação nos grupos de trabalhos constituídos pela ATIC-CSJT. • Realização de visitas a outros Tribunais, para conhecimento e avaliação de soluções desenvolvidas e implantadas com sucesso. • Realização de seminários e apresentações, regionais e na capital, sobre temas relevantes de TI, para os usuários. • Implantação de ferramentas de colaboração e disponibilização de conteúdo. • Implantação de ferramentas de gerenciamento de projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar até 12/2009, de todas as Plenárias de Diretores de Tecnologia da Informação, promovidas pela Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (ASTIC-CSJT). (O diretor da DTI e o assessor da APG participaram em 03/2008 da V Plenária de Diretores de TIC, realizada em Brasília) • Ampliar até 12/2009, a participação nos grupos de trabalhos constituídos pela ASTIC-CSJT. • Implantar até 12/2009 em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Gestão, ferramenta de colaboração, para utilização por todas as unidades (Em andamento: implantado na DG, SGP, DGP, APG, DTI) • Implantar até 12/2009 em conjunto com a Assessoria de Planejamento e Gestão, ferramenta de gerenciamento de projetos, para utilização por todas as unidades. (Em andamento: implantado na APG e DTI) • Visitar 03 TRT's por ano, até 12/2009, para intercâmbio de informações, conhecimentos e metodologias de trabalho e conhecimento e avaliação de soluções desenvolvidas e implantadas com sucesso. (Visita do servidor Marcelo Kobayashi, ao TRT da 20ª Região em 01/2008 para analisar sistema de despacho – Portaria TRT/DG/94.2008) • Promover semestralmente, em cidade pólo do interior, seminário, com apresentação de palestras sobre sistemas implantados, sistemas em desenvolvimento, novas tecnologias e temas relevantes de TI, além de debates entre magistrados e servidores e corpo técnico da DTI.
<ul style="list-style-type: none"> • Instituir comitê de segurança da informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir um comitê para elaboração e aplicação da política de segurança da informação. • Aumentar e melhorar o acesso às informações processuais. • Oferecer condições para que as Varas 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de grupo de trabalho permanente sob forma de comitê para realizar criação, divulgação, regulamentação e evolução políticas de segurança da informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação a partir de 20/08/2007 do Comitê de Segurança da Informação do TRT da 23ª Região. (Não criado)

	do Trabalho possam desempenhar suas atividades com segurança, celeridade e qualidade.		
--	---	--	--

8.3 Mapa Estratégico – TRT23ª Região



8.4 Proposta Orçamentária Prévia – 2009

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região			
Diretoria de Tecnologia da Informação			
Proposta Orçamentária Prévia 2009			
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	Custeio	Investimento	Total
<i>Renovação Contrato de Assistência Técnica</i>	<i>170.000,00</i>		
<i>Renovação Contrato de Links Internet da Sede</i>	<i>42.000,00</i>		
<i>Renovação Contrato Links ADSL das VT's Interior</i>	<i>130.000,00</i>		
<i>Renovação Contrato Sybase (Sistema Gerenciador de Banco de Dados)</i>	<i>100.000,00</i>		
<i>Aquisição e/ou Renovação de Licenciamento de Softwares Diversos (Help-Desk, outros)</i>	<i>100.000,00</i>		
<i>Capacitação de Pessoal em Eventos Externos</i>	<i>50.000,00</i>		
<i>Contratação de Acesso à Internet Sem Fio Para 68 Magistrados e 50 Oficiais de Justiça</i>	<i>141.600,00</i>		
<i>Aquisição de Switch's para Capital e VT's Interior (Acréscimos, Substituições, Backup)</i>		<i>80.000,00</i>	
<i>Aquisição de Switch's e Access Point's para Implantação de Rede Sem-Fio na Capital e VT's Interior</i>		<i>50.000,00</i>	
<i>Aquisição de Estações de Trabalho</i>		<i>280.000,00</i>	
<i>Aquisição de Servidores de Rede e BD para Capital e VT's Interior</i>		<i>350.000,00</i>	
<i>Aquisição de Impressoras para Capital e VT's Interior</i>		<i>50.000,00</i>	
<i>Aquisição de No Break's para Capital e VT's Interior</i>		<i>530.000,00</i>	
<i>Aquisição de Módulos de Memória para Estações de Trabalho</i>		<i>25.000,00</i>	
<i>Aquisição de Leitores de Códigos de Barra</i>		<i>70.000,00</i>	
<i>Aquisição de Projetores Multimídia</i>		<i>7.000,00</i>	
<i>Aquisição de Dispositivos de Armazenamento (Hds internos, externos e p/ storage)</i>		<i>75.000,00</i>	
<i>Aquisição de Dispositivos de rede (Placas HBA e ethernet)</i>		<i>25.000,00</i>	
Total (Custeio + Investimento)	733.600,00	1.542.000,00	2.275.600,00